



UC/FPCE_2013

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Representações Sociais da Violência entre Parceiros Íntimos numa amostra de estudantes do ensino superior: o género fará a diferença?

Ana Margarida da Silva Vieira (e-mail: ana_ms_vieira@hotmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde (Área de subespecialização em Sistémica, Saúde e Família) sob a orientação da Professora Doutora Maria Madalena Santos Torres Veiga de Carvalho

Representações Sociais da Violência entre Parceiros Íntimos numa amostra de estudantes do ensino superior: o género fará a diferença?

Resumo: O trabalho aqui reportado tem por objetivos primordiais investigar as crenças e representações sociais de estudantes do ensino superior acerca da Violência entre Parceiros Íntimos e averiguar a prevalência e cronicidade de comportamentos violentos na relação de namoro. A associação entre estes dois objetivos, bem como o estudo da interação de diferentes variáveis sócio-demográficas, foram explorados considerando o efeito da variável sexo.

Fizeram parte do estudo 311 estudantes do ensino superior (23.2% homens e 76.8% mulheres). Os resultados espelham uma baixa legitimação dos estudantes em relação à violência entre parceiros íntimos, embora se verifiquem diferenças estatisticamente significativas entre sexo, com os homens a legitimarem mais a violência em geral. Em termos das relações de namoro, a amostra evidencia índices de violência preocupantes, embora se limitem a atos de "pequena" violência. Relativamente à interação das diferentes variáveis sócio-demográficas, foi a zona de residência que, conjuntamente com a variável sexo, se revelou estatisticamente significativa, com os sujeitos residentes na zona sul/ilhas a legitimarem mais a violência num contexto sócio-económico elevado quando comparados com os residentes na zona centro de Portugal.

Em suma, os resultados obtidos remetem para a necessidade de desenvolver intervenção precoce junto dos jovens, insistindo na desmistificação de crenças que legitimam e/ou banalizam a violência, aumentando a prevenção e a consciência da seriedade deste flagelo - Violência entre Parceiros Íntimos.

Palavras chave: Violência entre Parceiros Íntimos, representações sociais, género, namoro, estudantes do ensino superior.

Social Representations of Intimate Partner Violence among a sample of students in higher education: gender make a difference?

Abstract: The work reported here aims to investigate the primordial beliefs and social representations of higher education students about intimate partner violence and to investigate the prevalence and chronicity of violent behavior in dating relationship. The association between these two objectives, as well as the study of the interaction of different socio-demographic variables were explored considering the effect of gender.

Participants were 311 undergraduate students (23.2% men and 76.8% women). The results reflect a low legitimacy of students in relation to intimate partner violence, although there are statistically significant differences between sex with men to legitimize violence more generally. In terms of dating relationships, the sample shows worrying levels of violence, but limited to acts of "small" violence.

Regarding the interaction of different socio-demographic variables, was from the area which, together with gender, it was revealed statistically significant, with individuals living in the south / islands to legitimize further violence in a socio-economic costs when compared with residents in central Portugal.

In short, the results indicate the need to develop early intervention with young people, insisting on demystifying beliefs that legitimize and / or trivialize violence, increasing prevention and awareness of the seriousness of this scourge – Intimate Partner Violence.

Key Words: Intimate Partner Violence, social representations, gender, dating, higher education students.

Agradecimentos

Muito especialmente, desejo agradecer a todos aqueles que me acompanharam neste percurso e sem os quais este não seria possível. Por isso, o meu muito obrigada,

À minha orientadora Professora Doutora Madalena Carvalho, pela disponibilidade, atenção dispensada, paciência, dedicação e profissionalismo... Um muito obrigada.

A todas as professoras da sub-área de *Sistémica, Saúde e Família*, modelos de saber, pela mestria com que me envolveram nos seus ensinamentos, fazendo crescer em mim o gosto pela Sistémica.

À minha família, em particular aos meus pais pela preocupação, confiança e apoio incondicional. E à minha irmã, Márcia, por todas as palavras de encorajamento, conforto e colo que desmedidamente me dá.

Ao Hélder, por tudo o que és... Pelo amor, carinho, incentivo e compreensão. Por todos e tantos momentos bonitos que vivemos e construímos juntos.

À de sempre e para sempre grande amiga, Joana. Pela inteira disponibilidade e verdadeira amizade.

Às amigas, Carla e Sara, por tudo o que vivemos e partilhámos. O tempo é de partida, sorte em ter-vos p'ra vida!

A todos os que participaram neste estudo e sem os quais esta investigação não teria sido possível.

Índice

Introdução	1
I. Enquadramento Conceptual.....	2
1. Violência entre Parceiros Íntimos	2
2. Representações Sociais	3
2.1. Conceito	3
2.2. Representações Sociais sobre a Violência entre Parceiros Íntimos	4
2.3. Diferenças de género nas Representações Sociais sobre a Violência entre Parceiros Íntimos	6
II. Objetivos	9
III. Metodologia.....	10
3.1. Descrição da amostra	10
3.2. Instrumentos de Avaliação.....	13
3.2.1. Questionário de informação sócio-demográfica.....	13
3.2.2. Escala de Violência nas Relações Íntimas (<i>The Revised Conflict Tactic Scales</i> – CTS-2)	13
3.2.3. Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS)..	14
3.2.4. Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR)	15
3.3. Procedimentos de investigação	15
3.4. Procedimentos estatísticos	16
IV. Resultados.....	17
4.1. Crenças em torno da Violência Conjugal (QRVC-HIS e QVC- CMR)	17
4.2. Violência no namoro e Resolução de conflitos por parceiros íntimos (CTS-2)	20
4.3. Relação entre agressão (CTS-2) e aceitabilidade da agressão (QRVC-HIS)	24
4.4. Impacto de Variáveis Sócio-demográficas nas Representações Sociais da Violência entre Parceiros Íntimos.....	25
4.4.1 Influência sexo/idade	26
4.4.2 Influência sexo/área de estudo	26
4.4.3 Influência sexo/ano escolar	26
4.4.4 Influência sexo/zona de residência	27

V. Discussão	28
5.1. Crenças em torno da Violência Conjugal (QRVC-HIS e QVC-CMR)	28
5.2. Violência no namoro e Resolução de conflitos por parceiros íntimos (CTS-2)	32
5.3. Relação entre agressão (CTS-2) e aceitabilidade da agressão (QRVC-HIS)	34
5.4. Impacto de Variáveis Sócio-demográficas nas Representações Sociais da Violência entre Parceiros Íntimos	35
VI. Conclusões	37
6.1. Limitações do estudo e Indicações Futuras	38
Bibliografia	39
Anexos	46
Anexo I	46
1. Carta de apresentação do Projecto de Investigação e Consentimento Informado	46
2. Questionário de informação sócio-demográfica e dados complementares	48
3. Escala de Violência nas Relações Íntimas (CTS-2)	51
4. Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS)	56
5. Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR)	61
Anexo II	63
1. Influência do Sexo nas Crenças em torno da Violência Conjugal (QRVC-HIS)	63
2. Influência do Sexo nas Crenças em torno da Violência Conjugal (QVC-CMR)	64
3. Influência do Sexo na Resolução de conflitos por Parceiros Íntimos (Perpetração - CTS-2)	65

4. Influência do Sexo na Resolução de conflitos por Parceiros Íntimos (Vitimização – CTS-2)	66
5. Relação entre agressão (CTS-2) e aceitabilidade da agressão (QRVC-HIS) – Perpetradores/Não perpetradores	67
6. Relação entre agressão (CTS-2) e aceitabilidade da agressão (QRVC-HIS) – Vítimas/Não vítimas	68
7. Influência Sexo/Variáveis Moderadoras nas Representações Sociais da VPI (QRVC-HIS e QVC-CMR)	69
8. Influência Sexo/Variáveis Moderadoras nas Representações Sociais da VPI (CTS-2)	70
9. Influência Sexo/Zona de Residência nas Representações Sociais da VPI (<i>Post Hoc</i> Test – Zona de Residência/QRVC-HIS 1)	71

Introdução

A violência entre pessoas ligadas por laços de intimidade não é uma realidade recente. A história tem mostrado que a violência, pelas mais diversas formas e tipologias que assume, em sido prática comum desde os tempo mais remotos. A grande maioria dos autores, como Walker (1994) reconhece-o, afirmando que as mulheres sempre foram maltratadas pelos homens, assumindo um estatuto de subordinação e subserviência.

Ainda assim, a violência só se constituiu como uma problemática social em meados do século passado. Desde então, a violência exercida em contextos das relações de intimidade tem sido objeto de intensa e crescente atenção social e científica, sobretudo, ao nível internacional. Também em Portugal se começou a verificar uma maior consciencialização sobre a gravidade e dimensão do flagelo, sendo que a partir dos anos 90 a investigação foi potencializada, ainda que centrada, quase exclusivamente, na violência marital e doméstica. Apenas muito recentemente se verificou o alargamento da investigação a outros grupos sociais, como é o caso da violência juvenil, comprovando que o abuso não se circunscreve às relações conjugais.

A investigação nacional começa a encetar-se sobretudo na preocupação em determinar a prevalência da perpetração e vitimização dos diferentes tipos de abuso nas relações de namoro dos jovens adultos universitários (Machado, Matos, & Moreira, 2003; Paiva & Figueiredo, 2004; Baptista, 2013), procurando, igualmente, investigar a forma como esta população percebe e significa a violência em geral e os diferentes tipos de maus tratos experienciados na intimidade.

Apesar da crescente visibilidade do fenómeno, a Violência entre Parceiros Íntimos parece ser ainda, frequentemente, banalizada, existindo um conjunto de crenças que a legitimam. Tendo subjacente que as representações sociais influenciam as narrativas e práticas, importa identifica-las e procurar percebê-las, ou pelo menos, enquadrá-las no contexto (cultural, social, político).

Ao longo do enquadramento conceptual que se segue, são explicitadas várias perspetivas teóricas e estudos empíricos que suportam a ligação entre as problemáticas acima descritas e as eventuais variáveis que moderam esta relação. Importa atender, especialmente, no caso do presente estudo, à variável sexo e à posterior interação desta com as eventuais variáveis moderadoras: idade, área de estudo, ano escolar e zona de residência dos sujeitos da amostra.

Neste estudo, postula-se assim, como objetivo global, aceder a informação sobre crenças, representações sociais e violência nas relações de namoro. Deste modo procura-se aprofundar esta realidade, viabilizando-se eventuais intervenções preventivas no âmbito, quer de estudantes do ensino superior, quer da população em geral.

I – Enquadramento conceptual

1. Violência entre Parceiros Íntimos

A violência entre pessoas que têm entre si laços íntimos é um fenómeno muito antigo e que tem sido prática comum ao longo das gerações pelas variadas formas que assume. A literatura e a História assim o têm demonstrado (Caridade & Machado, 2006).

Muitos são os termos que foram surgindo na literatura com o intuito de definir o conceito de violência na intimidade, o que levanta inúmeras dificuldades, dado que o número de definições existente é quase tão elevado como o número de autores que se dedicam ao estudo da problemática (Casimiro, 1998, citado em Camelo, 2009).

Historicamente, foi a violência contra crianças que começou por ter visibilidade, colocando-se a hipótese de ser incitada por maus tratos parentais. Desta feita, o “Síndrome da criança batida” (Kempe e col., 1962) alertou o mundo para a realidade dos maus tratos e da violência, iniciando-se a investigação sobre a temática.

Aproveitando a consciencialização social sobre a violência que ocorria no seio familiar, o movimento feminista, na década de 70, chamou a atenção para o facto das mulheres também serem alvo de violência dentro de casa, devido à cultura patriarcal dominante que legitimava que mulher e filhos fossem propriedade do homem (Neves, 2008) – surgindo assim, conceitos como “violência conjugal”, “violência marital” e “violência doméstica”, entre outros, mais exclusivos e circunscritos da violência na família (Bartol & Bartol, 1994, citado em Neves, 2008).

Contudo, todos estes termos foram fortemente criticados e considerados demasiado redutores (Neves, 2008) por comportarem “um sentido de problema a gerir pelos próprios ou internamente” (Matos, 2006), por serem omissos na identificação de protagonistas (vítima e agressor), nos tipos de violência praticados e por não traduzirem o facto da violência não acontecer apenas no espaço doméstico, mas também no espaço público, por exemplo, o *stalking* - perseguição de um parceiro íntimo com vista à sua intimidação através de um padrão de comportamentos de assédio persistente (Grangeia & Matos, 2010). Também Espinosa (2004) refere que a abordagem exclusivamente feminista desta problemática tem permitido a ocultação de outras formas de violência nas relações de intimidade (relações homossexuais e violência da mulher sobre o homem), o que tem contribuído para a manutenção de estereótipos de género presentes na sociedade.

Surgiu, assim, a necessidade de encontrar um termo mais lato, que incluísse outros formatos relacionais (menos institucionais), como as uniões de facto, o namoro, as relações entre homossexuais. A Violência entre Parceiros Íntimos (VPI) é a designação mais recente e abrangente da problemática e é definida por Matos (2006) como “o abuso de uma pessoa sobre a outra, numa relação específica de intimidade, podendo ocorrer em relações maritais e não maritais (...), actuais ou passadas, de carácter heterossexual ou homossexual” (p.27). Walker (1994, citado em Matos, 2002) acrescenta que o agressor pode ser masculino ou feminino, sendo que

Representações Sociais da Violência entre Parceiros Íntimos numa amostra de estudantes do ensino superior: o género fará a diferença?

Ana Margarida da Silva Vieira (e-mail: ana_ms_vieira@hotmail.com) 2013

se verifica que a violência no casal tem frequência semelhante para ambos os sexos (Steinmetz, 1980 e Emery, 2010), ainda que a vitimação masculina seja menos denunciada e menos estudada empiricamente.

Segundo Caridade e Machado (2006) a ocorrência de atos violentos e/ou abusivos é mais provável em relações afectivas mais duradouras e em que existe coabitação, no entanto, nas relações de namoro cerca de 28% dos homens e mulheres, em algum momento do seu percurso de vida, terão estado ou estarão inseridos numa relação que envolve atos violentos. Vários são os fatores de risco associados à violência no namoro: exposição à violência interparental (Flannery, Vazsonyi, & Waldman, 2007), consumo de álcool e de outras substâncias, problemas de comportamento, ter amigos envolvidos em relações violentas (Centers for Disease Control and Prevention, 2012), isolamento, falta de competências na resolução de problemas, a crença de que a violência no namoro é aceitável como algo normal e socialmente aceite, muitas vezes confundida com afecto e cuidado (Nascimento, 2009).

Como se pode perceber, a violência em contextos de intimidade é um fenómeno complexo, heterogéneo (pelo tipo de relações e formas de violência), transversal (pelas diferentes classes e estatutos sociais e económicos dos intervenientes) e multidimensional (em termos de tipologia, severidade, frequência e direcção dos atos violentos). O facto de se ter uma definição de violência de “largo espectro” (Krug et al., 2002) permite incluir toda a diversidade de intervenientes e contextos, conscientes de que o que distingue este tipo de violência (VPI) de outros é o facto de este ocorrer em espaços relacionais de grande proximidade, independentemente da sua forma jurídica, da consanguinidade e/ou coabitação – casamento, união de facto, namoro, relações hetero e homossexuais, filhos biológicos ou adoptados, idosos, cuidadores formais ou informais.

2. Representações Sociais

2.1. Conceito

Uma representação social é definida como “uma modalidade de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 1989, p.16 citado em Vala, 2002, p.457). É um “universo de opiniões” (Moscovici, 1972 cit. in Paiva, 2010) orientadas para a comunicação e compreensão do contexto e das experiências que vivenciamos (Moscovici & Jodelet, 2001, citado em Porto, 2006 e Spink, 1993).

Desta forma, as representações sociais têm como objetivo comum a todas as sociedades a produção de significados e sentido, sendo “um conjunto de conceitos, preposições e explicações criado na vida quotidiana no decurso da comunicação interindividual. São o equivalente, na nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais (...), a versão contemporânea do senso comum” (Moscovici, 1981, p. 181, citado em Vala, 2002, p.457). Moscovici (1961), como citado em Vala (2004),

acrescenta que as representações sociais formam e conduzem os comportamentos e interacções dos indivíduos, auxiliando-os na resolução de problemas e modelando as relações sociais que estabelecem.

Porto (2006) sustenta que as representações sociais são o fruto da articulação das subjectividades pessoais e colectivas, num processo de actividade mental, mediante o qual as estruturas cognitivas, emocionais e afectivas se encontram em intercâmbio e em constante reconstrução da realidade pela atribuição de significados.

De acordo com Moscovici (1984), as representações sociais devem ser consideradas em termos de conteúdo e processo, isto é, deve ter-se em conta o que as pessoas pensam e a forma como o fazem em determinados contextos de partilha colectiva, pois trata-se de um fenómeno que irá reflectir o posicionamento social dos indivíduos na sua relação com o grupo e desse na relação com os outros (Vala, 1993, citado em Santos, 2000), o que certamente, contribuirá para a formação de grupos sociais.

É evidente a importância da cultura, em termos de conteúdo do nosso pensamento quotidiano, pelo conjunto de ideias que lhe dá coerência (crenças religiosas, pessoais, sociais e culturais) (Moscovici, 1978, citado em Junqueira, 2003), e que tanto influencia a estruturação dos relacionamentos. É assim, natural, que essa interferência se alongue também à violência em relações de intimidade (Fernández, 2006).

2.2. Representações Sociais sobre a Violência entre Parceiros Íntimos

Falando em violência em relações de intimidade, importa reflectir acerca dos significados, crenças e valores que a legitimam e sustentam, sendo que se deve ter em conta que, tratando-se de uma representação social, a VPI é um fenómeno mutável no tempo e no espaço, que sofre influências das políticas que o regulam, dos efeitos dos estudos realizados, da intervenção dos agentes sociais envolvidos e da acção dos actores (vítimas e agressores) (Barroso, 2007).

A exposição (directa ou indirecta) à violência pode estar na origem da construção de representações distorcidas, podendo estas ser sustentadas por argumentos familiares e socioculturais. A combinação de fatores individuais, familiares e culturais, bem como as atitudes sociais, espelha a emergência do fenómeno e da sua relevância em algumas sociedades face a outras (Agarwal & Panda, 2007).

Do ponto de vista sociológico, a VPI é encarada como um fenómeno social global, dependente das relações sociais, onde encontra a sua significação, interpretação e atribuição de legitimidade (Silva, 1991). Assim, segundo Costa e Duarte (2000), a violência íntima deverá ser explorada tendo em conta um conjunto de crenças, valores, estilos de vida e sistemas políticos, vigentes numa determinada época e cultura.

Apesar da crescente visibilidade de um problema que durante séculos foi silenciado, a VPI continua a ser legitimada por um conjunto de crenças e mitos assentes na desigualdade de direitos entre sexos e na proeminência do

poder do homem sobre a mulher (Neves & Nogueira, 2004), que activa uma panóplia de significados: algumas pessoas atribuem a culpa às vítimas que são vistas com indiferença e hostilidade, muitas vezes como responsáveis pelos maus tratos, dependendo da crença que cada indivíduo possui acerca da violência (Rossi, Waite, & Buck, 1974; Shodand & Straw, 1976, citado em Saunders et al., 1987).

Casique Casique e Furegato (2006) sustentam, mencionando crenças e mitos, que a sociedade legitima a violência, embora os motivos sejam pouco claros: (a) a violência ocorre em extratos sociais baixos, onde prevalece a pobreza e a baixa escolaridade; (b) os episódios de violência são provocados pelo álcool e drogas; (c) o homem não consegue controlar os seus impulsos; (d) o agressor é um doente mental; (e) o agressor é violento em todas as suas acções e relações interpessoais; (f) as mulheres devem ficar com os seus parceiros sob qualquer circunstância, para que os filhos possam crescer com o pai; (g) as mulheres maltratadas podem abandonar o lar no momento que desejam; (h) as mulheres gostam de sofrer; (i) a situação da mulher vai mudar, é apenas uma questão de tempo, há que esmerar-se e ser mais compreensiva; (j) a mulher não tem como escapar da violência; (l) se não existe ciúme entre o casal, não existe amor; (m) se o homem violento se arrepende ou desculpa, isso permitirá que altere a sua conduta violenta; (n) bater é prova de amor; (o) o lar é um espaço privado, onde ninguém deve interferir; (p) a violência é natural, sempre existiu e vai continuar a existir.

Analisando as crenças enumeradas, importa referir que, de facto, a investigação tem-se focado principalmente na vitimação da mulher, atenuando a violência por elas praticada nas relações amorosas (Busch & Rosenberg, 2004). Contudo, há também evidência de que as mulheres têm maior probabilidade do que os homens de relatarem episódios de violência contra o parceiro em que são o elemento agressor (Archer, 2000, citado em Busch & Rosenberg, 2004). Costa e Duarte (2000) referem que a relação existente entre o praticar e o ser alvo de violência, sugere que a vítima também agride, nem que seja em termos defensivos.

A investigação revela que homens e mulheres utilizam a violência por diferentes motivos. Num estudo realizado para comparar as motivações de homens e mulheres detidos por agressão ao parceiro (Hamburger, Lohr, Bonge, & Tolin, 1997, citado em Busch & Rosenberg, 2004) concluiu-se que as mulheres utilizam a agressão como resposta à agressão actual e como reacção à violência passada e à que esperam do companheiro; já os homens utilizam a violência no sentido de dominar, controlar ou punir.

Segundo Machado, Matos e Moreira (2003), as crenças que legitimam a violência têm um profundo impacto no entendimento que vítimas e agressores têm sobre o fenómeno, o que também poderá ser definidor das suas condutas: manter-se na relação abusiva/denunciar a agressão; desvalorizar a violência/modificar o comportamento.

Como tal, é importante perceber de que maneira a violência é interpretada pelos intervenientes, tendo em atenção que esta dimensão está associada às normas culturais que actuam sobre as percepções dos indivíduos e que ao longo do tempo vão sendo alteradas. Nesta linha de

pensamento, Perrone e Nannini (1997) advogam que os sistemas de crenças identificados nos casos de violência contêm muitos modelos formais e idealizados, por exemplo acerca do que é uma boa família, dos papéis familiares, de como deve ser um bom chefe de família e uma boa mãe e dona de casa.

2.3. Diferenças de género nas representações sociais sobre a Violência entre Parceiros Íntimos

A bibliografia dedicada à compreensão e explicação da violência tem evidenciado que homens e mulheres têm perspectivas totalmente diferentes no que concerne ao que constitui um comportamento e/ou relação violenta. Se as mulheres consideram violência conjugal comportamentos que impliquem crueldade emocional, ofensas, ameaças, gritos, violência física com ou sem ferimentos, empurrões e arremesso de objectos, os homens classificam como violência apenas os atos de violência extrema que provoquem marcas físicas visíveis (Mooney, 1993 e Hearn, 1996, citado em Shipway, 2004)

Num estudo realizado em Portugal, com estudantes universitários portugueses e respectivos pais, Figueiredo e Silva (1988) como citado em Silva (1991), constataram que 11% dos adultos e 3% dos jovens atribuíam ao homem o direito de agredir a companheira.

Machado, Matos e Moreira (2003), igualmente com uma amostra de estudantes universitários, utilizando a Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal, apuraram que a maioria dos sujeitos tem um baixo nível de concordância com as crenças que legitimam a violência, ainda que “em termos globais, as atitudes e as mensagens culturais da tolerância pareçam estar mais presentes nos discursos dos homens do que no das mulheres” (Matos, 2006, p.52).

Num outro estudo acerca das crenças sobre a VPI (Carlson & Worden, 2005), os inquiridos definiram o comportamento agressivo das mulheres como menos ofensivo ou ilegal que o dos homens. Quanto às causas, a maioria dos sujeitos avalia a violência no contexto individual, dos relacionamentos e da família, e não como um problema social e público. O mesmo estudo revelou ainda que o género, a idade e a familiaridade com episódios de violência íntima são fatores influenciadores de opiniões e crenças acerca do tema.

Barroso (2007) fez o levantamento das causas apontadas para a ocorrência de violência nas relações amorosas em Portugal, percebendo que o principal incitador foi o ciúme (53,7%), seguido do alcoolismo (27,4%). No entanto, estes dois fatores servem também de atenuantes da gravidade do abuso, o que revela alguma ambiguidade no juízo que os sujeitos fazem do agressor. São ainda referidos fatores de menor expressão como a gravidez não desejada, problemas económicos, toxicodependência e problemas de saúde. Importa ainda referir que, tratando-se de uma amostra de mulheres vítimas de violência por parte dos seus parceiros (que recorreram aos Institutos de Medicina Legal de Coimbra e Porto), a pesquisa permitiu

apenas avaliar a perspectiva feminina. Não obstante, este estudo constituiu-se como uma mais-valia, permitindo a análise das características próprias da vitimização que ocorre em relações amorosas e refletir acerca do seu carácter paradoxal, como espaço de afetividade e violência, inferindo-se diferenças de género reveladoras de relações de poder e de desigualdade (Barroso, 2008).

Numa amostra de estudantes de Direito e profissionais da área, Correia (2008) apurou que o consumo de álcool/drogas e os antecedentes de violência na família de origem foram os mais apontados como fatores de risco da violência íntima. No que concerne às condições de manutenção, a amostra atribui a responsabilidade à vítima, não concordando com a sua permanência na relação. A autora concluiu, ainda, que os estudantes legitimavam mais as agressões do que os profissionais, sendo que as mulheres e os sujeitos na faixa etária entre os 20-30 anos são os menos legitimadores.

Em moldes semelhantes, Paiva (2010) estudou uma amostra de estudantes de Mestrado Integrado em Psicologia (1º e 5º anos), verificando que a formação recebida no âmbito do curso terá algum impacto no que à legitimação da violência diz respeito, sendo que esta é menor nos estudantes do 5º ano. Também estes parecem estar mais sensibilizados para a existência de violência na gravidez, enquanto os alunos do 1º ano consideram improvável a sua ocorrência. Por sua vez, os iniciantes do curso de Psicologia parecem mais sensibilizados para a ocorrência de violência em famílias com estatuto socioeconómico elevado.

Como fatores de risco da VPI, também o consumo de álcool/drogas e os antecedentes familiares de violência são os fatores mais referidos. Já quanto aos fatores de manutenção, a amostra atribui a responsabilidade à vítima, discordando da sua permanência no lar, como no estudo de Correia (2008). De referir ainda que, a amostra de estudantes aceita mais a violência quando o casal é mais velho e a mulher é a agressora. Relativamente à variável sexo, a comparação entre as médias aponta para uma maior legitimação por parte do grupo masculino (Paiva, 2010).

Na mesma linha de estudo, Camelo (2009) recorre a uma amostra de profissionais da CPCJ, concluindo que, de forma geral, estes não legitimam a violência íntima, ainda que os homens pareçam aceitar mais a problemática. Relativamente às causas da violência, a amostra destaca o consumo de álcool/drogas, os antecedentes familiares de violência e a aceitação social desta, o que mais uma vez surge em consonância com a literatura. O mesmo ocorre em relação aos fatores de manutenção, quando os sujeitos atribuem mais a responsabilidade à vítima e não concordam com a sua permanência no lar. Finalmente, como fatores de resolução, os sujeitos conferem importância à denúncia e à protecção da vítima e filhos, sendo que o grupo masculino destaca ainda o tratamento do agressor, e o feminino aponta para a necessidade de informação acerca das consequências da violência.

Aguilar (2010), numa investigação com uma amostra da população geral portuguesa (recolhida em Portugal Continental e na Região Autónoma

da Madeira), encontra valores consonantes com as investigações de Correia (2008), Camelo (2009) e Paiva (2010), no que diz respeito a fatores de risco, manutenção e resolução da violência. Verificou ainda que, comparando com os estudos referidos, os resultados da população geral revelam uma maior legitimação da violência, ressaltando uma diferença entre sub-amostras, com o grupo de residentes na Madeira a apresentar um valor que indica maior aceitação da violência quando comparado com o subgrupo residente em Portugal Continental.

Nos estudos de Emery (2010), verificou-se que indivíduos do sexo masculino, com profissões menos qualificadas e com menor escolaridade manifestam-se mais legitimadores da VPI. O autor apurou ainda que ter conhecimento sobre o tema conduz a uma menor legitimação. Por sua vez, o facto de se viver em situações de violência já no namoro não parece interferir no facto de se legitimar ou não o fenómeno.

A constatação das diferenças de género é algo que vários autores já foram verificando, maioritariamente no que concerne à violência no contexto conjugal, assumindo a mulher como vítima de um homem agressor. São, assim, escassos os estudos que destacam a problemática já no namoro, entre casais homossexuais e na possibilidade de reciprocidade da violência em casais heterossexuais. Ainda assim, importa destacar um estudo recente de Baptista (2013) que procurou compreender as relações entre o consumo de substâncias, as representações sociais e a violência no namoro entre estudantes universitários de Coimbra, encontrando uma baixa legitimação da violência entre parceiros íntimos, no entanto uma percentagem da amostra parece legitimar a violência em termos de contextos específicos. Os resultados obtidos evidenciaram também consumos preocupantes, particularmente, ao nível do álcool.

Casimiro (2008) sustenta que a violência no casal obedece a uma simetria de género, isto é, ambos os membros têm semelhante probabilidade de perpetrar um acto violento contra o outro. Assim, a sociologia da família defende que a violência é um recurso que tanto pode ser utilizado por homens como por mulheres, ainda que de formas distintas – uma realidade com dupla face. Neste aspecto, as abordagens feministas e sócio-culturais são consensuais (Matos, 2006). Não obstante, não permitem a plena compreensão de todas as condições de violência íntima.

A VPI é um flagelo que não exclui grupos etários, classes sociais, etnias, religiões, géneros ou orientações sexuais, daí ser considerada um problema transgeracional que afecta toda a sociedade, directa ou indirectamente.

Corsi (1995), como citado em Alarcão (2000) e Matos (2006), aponta o Modelo Ecológico como sugerindo uma estreita relação entre o indivíduo e o que o rodeia, analisando os fatores associados à violência na intimidade. Este modelo pressupõe quatro esferas, a saber: (a) individual, onde estão presentes os agentes biológicos e a história pessoal (características pessoais e demográficas, como sexo, idade, salário, nível educacional, etc.), as perturbações psíquicas e da personalidade, os antecedentes de comportamentos agressivos e o abuso de substâncias (Casique Casique &

Furegato, 2006). Galikin (2007) sustenta, referindo o facto de o indivíduo ter sido alvo de abuso na infância, ter testemunhado violência entre os pais ou não ter tido uma figura paterna presente, como prováveis preditores de violência no contexto relacional, em adulto; (b) das relações (entre parceiros, outros membros da família e amigos), que aumentam o risco de ser interveniente (agressor ou vítima) em atos de violência (Casique Casique & Furegato, 2006). Segundo Camelo (2009), alguns autores, como Heyman e Slep (2002), defendem que a exposição à violência interparental poderá aumentar o risco, na idade adulta, de perpetração de abuso infantil, de violência sobre o parceiro amoroso, ou vitimação e submissão face ao mesmo – o que Grych (1998), como citado em Camelo (2009), denomina de ciclo intergeracional da violência; (c) da comunidade, isto é, os contextos comunitários onde ocorrem as relações sociais (e.g. escola, emprego, vizinhança, etc.), identificando as características que podem amplificar o risco de violência (e.g. baixo nível socioeconómico, elevada taxa de desemprego, *stress* laboral, etc.) (Casique Casique & Furegato, 2006; Galinkin, 2007); (d) da sociedade, que inclui os fatores associados às políticas sociais, culturais, educacionais e sanitárias que contribuem para a manutenção das desigualdades entre grupos (Casique Casique & Furegato, 2006): a utilização de violência como método de resolução de conflitos, a rigidez na divisão de papéis de género, etc.

A interacção destes quatro níveis de análise poderá favorecer os comportamentos violentos ou proteger os indivíduos da vitimação. Este Modelo demonstra, assim, a complexidade inerente do fenómeno de violência na intimidade, pelo que a sua compreensão deverá seguir uma perspectiva integrada (Galikin, 2007), atendendo também à génese da violência, intenções, motivações e consequências (Saunders, 2002). Apenas desta forma será possível perceber a simetria, defendida por uns, assimetria, por outros, da violência em termos de sexo (Dobash & Dobash, 2004).

II - Objetivos

As representações em torno da Violência entre Parceiros Íntimos assumem um papel fundamental na conduta das pessoas, espelhando-se nas atitudes e comportamentos adoptados perante situações de violência. Neste sentido, pretendemos, neste estudo, identificar as representações sociais actuais que jovens estudantes do ensino superior possuem acerca da VPI, das suas causas, fatores de manutenção e estratégias de resolução.

O principal objetivo do presente estudo é analisar em que medida o género influencia a forma como os indivíduos percebem a Violência entre Parceiros Íntimos. Isto é, perceber se existem diferenças entre homens e mulheres na forma como compreendem, explicam e vivenciam a violência em relações de intimidade.

Como objetivos específicos emergem:

Estudar numa amostra de estudantes do ensino superior as seguintes

Representações Sociais da Violência entre Parceiros Íntimos numa amostra de estudantes do ensino superior: o género fará a diferença?

Ana Margarida da Silva Vieira (e-mail: ana_ms_vieira@hotmail.com) 2013

variáveis: violência íntima nas relações actuais (perpetração/vitimização); crenças associadas à violência íntima (causas, fatores de manutenção e estratégias de resolução), assim como, a relação entre as diferentes variáveis em estudo.

Averiguar se algumas variáveis sócio-demográficas e familiares influenciam as representações sociais acerca da Violência entre Parceiros Íntimos. Assim, avaliaremos a influência da idade, do ano e da área de estudo e da zona de residência na forma como homens e mulheres percebem a violência.

Com os objetivos de estudo delineados e no sentido de facilitar a compreensão do quadro teórico em estudo, as principais variáveis a investigar bem como hipotéticas relações entre elas, apresentamos, de seguida, o nosso mapa conceptual (figura 1).

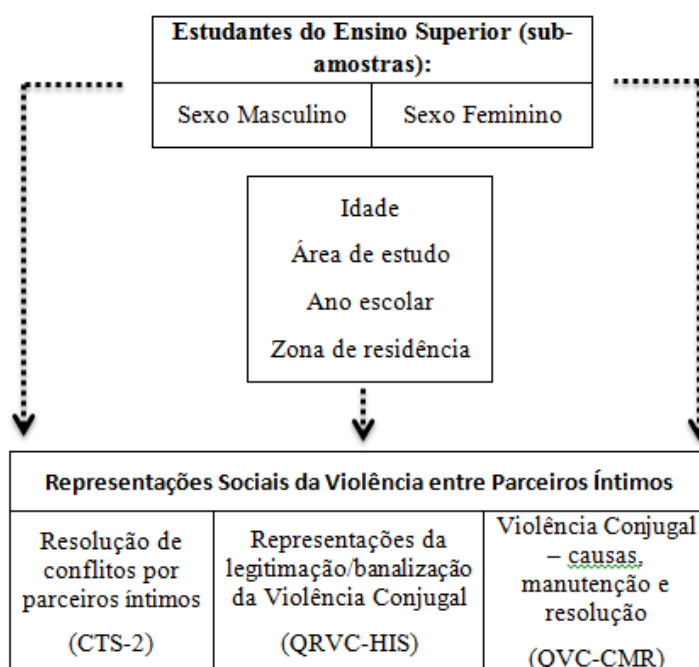


Figura 1 – Modelo conceptual hipotético das relações entre as variáveis do presente estudo empírico.

III - Metodologia

3.1. Descrição da amostra

No sentido de descrever a amostra em estudo, recorreu-se a um conjunto de variáveis sócio-demográficas (sexo, idade, zona de residência, ano escolar e área de estudos), e ainda a variáveis relacionadas com a história de violência familiar.

A amostra total utilizada neste estudo é constituída por 311 sujeitos,

sendo que 72 indivíduos (23,2%) pertencem ao sexo masculino e 239 (76,8%) ao sexo feminino. Existe, claramente, uma predominância do sexo feminino.

As idades dos sujeitos estão compreendidas entre os 18 e os 47 anos, sendo a média de idades de 21,66 anos (DP=3.150). A maioria dos sujeitos tem entre 18 e 21 anos (58.2%).

Todos os sujeitos são alunos do ensino superior, sendo que o ano de curso mais frequente entre os sujeitos da amostra é o 4º ano (31,5%), seguindo-se o 2º ano (26.0%), o 3º ano (19.0%), o 1º ano (14.5%) e o 5º ano (8,7%). A área de estudos predominante é a Psicologia, com 124 dos sujeitos da amostra (39,9%). Seguidamente, são os cursos de engenharia que 99 dos sujeitos frequentam (31.8%) e 50 sujeitos pertencem a cursos da área social (16.1%). A restante percentagem dos nossos sujeitos (11.9%) frequentam outros cursos superiores que não se enquadram nas categorias referidas.

Tabela 1. Caracterização da amostra – Variáveis Sócio-demográficas

Variáveis	Categorias	Sexo				Total	
		Masculino		Feminino		N=311	
		n=72	(23.2%)	n=239	(76.8%)	n	%
		N	%	N	%		
						<i>Missings=1</i>	0.3
Idade	18-21	37	43.1	150	62.8	181	58.2
	22-23	20	27.8	61	25.5	81	26.0
	≥24	21	29.2	27	11.3	48	15.4
						<i>Missings=1</i>	0.3
Ano escolar	1º Ano	11	15.3	34	14.2	45	14.5
	2º Ano	28	38.9	53	22.2	81	26.0
	3º Ano	16	22.2	43	18.0	59	19.0
	4º Ano	10	13.9	88	36.8	98	31.5
	5º Ano	7	9.7	20	8.4	27	8.7
						<i>Missings=1</i>	0.3
Área de Estudos	Psicologia	9	12.5	115	48.1	124	39.9
	Cursos "Sociais"	11	15.3	39	16.3	50	16.1
	Engenharias	38	52.8	61	25.5	99	31.8
	Outros	13	18.1	24	10.0	37	11.9
						<i>Missings=2</i>	0.6
Zona de Residência (NUTS II)	Norte	15	20.8	41	17.2	56	18
	Centro	42	58.3	156	65.3	198	63.7
	Lisboa	9	12.5	29	12.1	38	12.2
	Alentejo	2	2.8	9	3.8	11	3.5
	Algarve	1	1.4	2	0.8	3	1
	Região Autónoma dos Açores	1	1.4	0	0	1	0.3
	Região Autónoma da Madeira	1	1.4	1	0.04	2	0.6

Relativamente à zona de residência¹, verifica-se que a maioria dos sujeitos da amostra reside na zona Centro de Portugal Continental (63.7%), seguida da zona Norte (18%), 12,2% corresponde à percentagem da amostra que reside na zona da Grande Lisboa, 3.5% na Zona do Alentejo e apenas 1% da amostra reside na zona do Algarve. De referir ainda que nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira residem 0.9% dos sujeitos de amostra.

No que concerne às variáveis relacionadas com a história de violência familiar, verificamos que, enquanto crianças e adolescentes, 9.0% dos sujeitos da amostra foram testemunhas de violência física entre pais/cuidadores. Quanto ao testemunho de violência verbal entre pais/cuidadores, 34.1% afirmam ter assistido a este tipo de violência. Quanto ao papel de vítima de violência enquanto criança/adolescente, 34.4% dos sujeitos declaram ter sofrido de violência física, 15.7% sofreram violência verbal e 1,3% afirmam terem sido forçados à realização de atos sexuais contra a sua vontade.

Tabela 2. Caracterização da amostra – História de Violência Familiar

Variáveis	Categorias	Sexo				Total	
		Masculino		Feminino		N=311	
		n=72 (23.2%) N	%	n=239 (76.8%) n	%	n	%
Testemunho de						Missings=3	1.0
Violência Física	Não	61	84.7	219	91.6	280	90.0
entre	Sim	9	12.5	19	8	28	9.0
pais/cuidadores						Missings=3	1.0
Testemunho de	Não	43	59.7	159	66.5	202	65.0
Violência Verbal	Sim	27	37.5	79	33.1	106	34.1
entre							
pais/cuidadores							
Vítima de						Missings=1	0.3
Castigos Físicos	Não	44	61.1	159	66.5	203	65.3
em casa	Sim	28	38.9	79	33.1	107	34.4
Vítima de						Missings=2	0.6
Violência Verbal	Não	63	87.5	197	82.4	260	83.6
em casa	Sim	9	12.5	40	16.7	49	15.7
Vítima de	Não	72	100	235	98.3	311	98.7
Violência Sexual	Sim (por	0	0	3	1.6	3	1
	familiares						
	Sim (por outros)	0	0	1	0.4	1	0.3

¹No que diz respeito à zona de residência, utilizámos a tipologia apresentada pelo Regulamento (CE) nº1059/2003 do Parlamento Europeu. A NUTS II corresponde ao segundo dos três níveis de sub-regiões de Portugal contemplado na Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas.

3.2 Instrumentos de Avaliação

O protocolo de avaliação utilizado na presente investigação é constituído por três questionários de auto-resposta: Escala de Violência nas Relações Íntimas (*The Revised Conflict Tactic Scales – CTS-2*), Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS) e Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR), precedidos de um questionário de informação sócio-demográfica e de dados complementares para caracterização da amostra.

3.2.1. Questionário de informação sócio-demográfica²

Este questionário permite obter informação a três níveis. Uma primeira parte aborda dados demográficos dos sujeitos (idade, sexo, etnia, estado civil, habilitações literárias, área e local de estudo,) e características familiares (nível económico, estado civil, habilitações literárias e profissões dos pais).

Uma segunda parte permite apurar informação relativa à história familiar dos sujeitos da amostra enquanto crianças e adolescentes, quer como testemunhas de abusos/violência entre os pais/cuidadores, quer como vítimas de violência pelos pais/cuidadores.

Finalmente, este instrumento possui ainda uma terceira parte que permite recolher informação acerca da ocorrência e frequência de consumo de substâncias por parte dos indivíduos avaliados.

3.2.2. Escala de Violência nas Relações Íntimas (*The Revised Conflict Tactic Scales – CTS-2*)³

A Escala de Violência nas Relações Íntimas (*The Revised Conflict Tactic Scales – CTS-2*) (Strauss, Hamby, Boney-McCoy, & Sugarman, 1996; Paiva & Figueiredo, 2002) destina-se a avaliar o modo como os parceiros íntimos resolvem os seus conflitos, através de estratégias de negociação ou de abuso.

Este instrumento engloba cinco sub-escalas que medem: a negociação (emocional e cognitiva), a agressão psicológica, a agressão física sem sequelas, a coersão sexual, e o abuso físico com sequelas; perfazendo um total de 78 questões (39 pares de perguntas) destinadas ao participante e ao companheiro, o que permite obter dados relativos ao comportamento dos dois elementos da díade, determinando o quanto as tácticas de resolução de conflitos são participadas por cada um, mesmo quando um deles não é avaliado directamente.

² Anexo I, 2.

³ Anexo I, 3.

Face a cada questão, o sujeito serve-se de oito categorias de resposta – as primeiras seis destinadas a determinar a prevalência e a cronicidade de utilização de cada estratégia no último ano: [(1) uma vez, de há um ano para cá, (2) duas vezes, de há um ano para cá, (3) 3-5 vezes, de há um ano para cá, (4) 6-10 vezes, de há um ano para cá, (5) 11-20 vezes, de há um ano para cá, (6) mais de 20 vezes, de há um ano para cá] e as restantes categorias destinadas a determinar a sua prevalência global: [(7) isso aconteceu-me noutra(s) relação(ões)] e a inexistência deste tipo de abuso: [(0) isso nunca aconteceu]. Permite, assim, perceber a frequência da perpretação e /ou vitimização de cada sujeito face às várias estratégias utilizadas pelo casal para a resolução de conflitos.

No que concerne às qualidades psicométricas da Escala de Violência nas Relações Íntimas (*The Revised Conflict Tactic Scales*), a versão portuguesa – CTS-2 (Figueiredo, 2006) apresenta valores de consistência interna para o auto-relato da perpretação e vitimação dos itens e subescalas compreendidos entre 0,78 e 0,50. Ao nível da escala total, o valor de alfa de Cronbach para a perpretação é de 0,79 e para a vitimização é de 0.80.

3.2.3. Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS)⁴

O Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS) (Alarcão, Alberto, Camelo, & Correia, 2007) é constituído por três histórias de violência conjugal. Para cada história foram criadas dez afirmações acerca das quais é solicitado ao respondente que indique o seu grau de concordância, obedecendo a uma escala de *Likert* de quatro pontos (1=discordo plenamente; 2=discordo; 3=concordo; 4=concordo plenamente). De referir que a resposta “discordo plenamente” está associada a uma menor legitimação da violência.

A experiência clínica das autoras e alguns pressupostos teóricos presentes na literatura, tais como as diferentes leituras relativas à dinâmica de violência dos casais e as causas e consequências desta, estiveram na base da construção das três histórias que compõem este instrumento.

Com o objetivo de identificar as representações dos sujeitos quanto à legitimação ou banalização do fenómeno em estudo, cinco foram os fatores teóricos considerados na elaboração das histórias, a saber: a) legitimação e/ou banalização da violência conjugal; b) legitimação/justificação da violência pela conduta da vítima; c) legitimação/justificação da violência por fatores externos (*stress*, consumos de álcool...); d) desvalorização/aceitação da violência em favor da privacidade/coesão familiar; e) (im)possibilidade de atribuição da violência ao agressor em função do seu estatuto social, económico e escolaridade.

⁴ Anexo I, 4.

Relativamente à consistência interna do QRVC-HIS, o estudo de validação de Aguilar (2010), com uma amostra da população geral, obteve um alfa de Cronbach de 0.947, evidenciando uma boa consistência interna. Outros estudos anteriores revelaram igualmente um valor de consistência interna elevado, com um coeficiente de alfa de Cronbach de 0,95 (Correia, 2008), 0,939 (Camelo, 2009), 0,91 (Paiva, 2010).

3.2.4. Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR)⁵

O Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR) (Alarcão, Alberto, Camelo, & Correia, 2007) é composto por três conjuntos de catorze afirmações referentes a fatores que contribuem para o aparecimento da violência, para a sua manutenção e para a sua resolução.

As afirmações que compõem cada um dos conjuntos de fatores podem ser agrupadas em três condições: a) relacionadas com o agressor; b) relacionadas com a vítima e c) relativas ao contexto envolvente (filhos, família, sociedade).

Face a cada uma das afirmações é solicitado ao respondente que manifeste o seu grau de concordância de acordo com uma escala de *Likert* de quatro pontos (de 1=discordo completamente até 4=concordo completamente).

No que concerne às qualidades psicométricas do QVC-CMR, Aguilar (2010) encontrou valores elevados de alfa de Cronbach para os fatores: de ativação ($\alpha=0,878$), de manutenção ($\alpha=0,83$) e de resolução (0.84). Já Paiva (2010) obteve igualmente valores de alfa de Cronbach indicadores de elevado grau de consistência interna, apenas nos fatores de ativação ($\alpha=0,83$) e manutenção ($\alpha=0,80$). Por sua vez, no factor de resolução apurou-se um valor de consistência interna mais baixo, com um alfa de Cronbach de 0.60.

3.3 Procedimentos de investigação

A primeira fase do presente estudo consistiu na recolha de dados. A amostra, constituída por um total de 311 sujeitos, foi recolhida entre Dezembro de 2012 e Abril de 2013 segundo o processo de selecção da amostragem por conveniência.

Inserido num projecto de investigação mais global acerca das vivências familiares em estudantes do ensino superior de diferentes países, o presente estudo inclui um protocolo mais lato do que o que foi tido em consideração no estabelecimento de objetivos e nas análises realizadas. Assim, o protocolo foi entregue na íntegra aos participantes, ordenado como previamente acordado: Questionário de informação sócio-demográfica,

⁵ Anexo I, 5.

Escala de Violência nas Relações Íntimas (*The Revised Conflict Tactic Scales* – CTS-2), Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS), Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR), DUDIT (*The Drug Use Disorders Identification Test*) e AUDIT (*The Alcohol Use Disorders Identification Test*). De referir que os dois últimos instrumentos não são considerados para efeitos da presente investigação.

Uma vez que todos os instrumentos são de auto-resposta e sendo uma amostragem por conveniência, a maioria dos protocolos foram preenchidos na nossa ausência. Não obstante, de forma escrita e /ou verbal, a todos os participantes foi-lhes garantido o anonimato e a confidencialidade das respostas, preenchendo-se, previamente à participação, o consentimento informado⁶. Os participantes foram ainda incentivados a darem resposta a todos os itens, conscientes da importância da sua participação e da possibilidade de desistência a qualquer momento.

3.4 Procedimentos estatísticos

Após a recolha dos dados, e tendo em consideração os objetivos estabelecidos para o presente estudo, procedemos ao seu tratamento estatístico, mediante recurso ao programa *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences versão 20.0 for Windows)*, sendo os resultados apresentados na secção IV – Resultados.

Com o objetivo de testar o nosso modelo conceptual, a opção pela utilização de testes paramétricos ou não paramétricos teve subjacente o número de efectivos amostrais. Como Maroco (2007) nos indica, uma amostra superior a 30 sujeitos é considerada grande. Uma vez ultrapassado o mínimo exigível, qualquer violação da normalidade não envies a inferência estatística (Pestana & Gageiro, 2008), sendo suficiente para efectuar a aproximação à distribuição normal e utilizar testes paramétricos.

Inicialmente recorreu-se à análise descritiva das crenças associadas à violência íntima (QRVC-HIS e QVC-CMR) e da violência entre parceiros íntimos (CTS-2). Posteriormente, através do teste *t* de *Student*, estudámos a influência do sexo em cada uma das nossas variáveis dependentes (VD's).

De seguida, analisámos a influência conjunta do sexo com cada uma das eventuais variáveis moderadoras nas nossas VD's, através da *Anova Two-way* e do teste de *Tukey*, sempre que os resultados indicaram a necessidade do cálculo, *a posteriori*, da comparação múltipla de médias.

⁶ Anexo I, 1.

IV - Resultados

4.1 Crenças em torno da Violência Conjugal (QRVC-HIS e QVC-CMR)

Analisou-se descritivamente o QRVC-HIS (tabela 3), sendo a amostra dividida em dois subgrupos, consoante o género. Conclui-se que o subgrupo masculino legitima mais a violência em todas as histórias, tendo uma média na história total de 48.58 (DP=12.47) que se encontra acima da média do subgrupo feminino (M=40.41; DP=10.94).

Tabela 3. Análise descritiva das respostas ao QVC-HIS por sexo

	História 1	História 2	História 3	Hist. Total
	M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)
Feminino	12.71 (3.04)	14.97 (4.57)	13.46 (3.68)	40.41 (10.94)
Masculino	15.48 (4.69)	17.28 (4.86)	16.04 (4.66)	48.58 (12.47)
Amostra Total	13.36 (3.68)	15.51 (4.74)	14.06 (4.07)	42.30 (11.81)

Através da comparação das médias dos dois subgrupos,⁷ verifica-se que tanto na História 1 [t (301) = 5.850, p<.005], como na História 2 [t (306) = 3.692, p<.005], como na História 3 [t (306) = 4.884, p<.005], como na História Total [t (309) = 5.378, p<.005], as diferenças entre os grupos são estatisticamente significativas. Confirma-se, assim, a maior legitimação por parte do sexo masculino no que se refere aos atos de violência entre parceiros íntimos. Para ambos os subgrupos, as médias mais altas foram obtidas na História 2, que se refere a um casal de idosos em que o homem é a vítima, o que vai no sentido de uma maior legitimação da violência nessa história. Já a História 3 é a que apresenta as médias mais baixas, verificando-se uma menor legitimação da amostra quando a violência surge num contexto de intoxicação por álcool, em que a mulher é a vítima.

Para a análise descritiva do QVC-CMR tomou-se como referência os três itens com maior e menor média de grau de concordância, quer para a amostra geral, quer para os subgrupos por sexo (masculino e feminino).

No que respeita às causas da violência conjugal (tabela 4), os sujeitos apontam como principais causas: a existência de “relações extraconjugais” (M=2.84, DP=0.776), a existência de “antecedentes de violência” (M=2.83, DP=0.901) e “o álcool e as drogas” (M=2.72, DP=0.799), não havendo diferenças entre sexos nos fatores com uma média mais elevada em termos de grau de concordância. Já as causas da violência com menor grau de concordância são: “problemas/dificuldades criados pelos filhos” (M=1.92, DP=0.786), “doença mental da vítima” (M=2.05, DP=0.856) e “comportamento provocador da vítima” (M=2.05, DP=0.794).

⁷ Anexo II, 1.

De referir que o grupo masculino aponta também “a interferência de outros familiares” (M=2.07, DP=0.877) como um dos fatores com menor preponderância em termos de causas da violência.

Tabela 4. Causas da Violência Conjugal por sexo (QVC-CMR)

	Masculino	Feminino	Total
	M (DP)	M (DP)	M (DP)
Causas:			
Álcool e drogas	2.72 (0.806)	2,72 (0.799)	2.72 (0.799)
Doença mental do agressor	2.56 (0.854)	2.73 (0.794)	2.69 (0.810)
Baixo grau de instrução do agressor	2.32 (1.025)	2.17 (0.879)	2.20 (0.916)
Baixa auto-estima do agressor	2.49 (0.822)	2.49 (0.860)	2.49 (0.850)
Doença mental da vítima	2.01 (0.864)	2.06 (0.855)	2.05 (0.856)
Comportamento provocador da vítima	2.18 (0.828)	2.01 (0.781)	2.05 (0.794)
Fragilidade emocional da vítima	2.29 (0.846)	2.45 (0.869)	2.41 (0.865)
Interferência de outros familiares	2.07 (0.877)	2.13 (0.826)	2.12 (0.837)
Problemas/dificuldades criados pelos filhos	1.99 (0.813)	1.90 (0.778)	1.92 (0.786)
Relações extraconjugais	2.93 (0.678)	2.81 (0.802)	2.84 (0.776)
Antecedentes de violência	2.67 (0.949)	2.87 (0.882)	2.83 (0.901)
Aceitação social da violência	2.49 (0.888)	2.44 (0.943)	2.45 (0.929)
Isolamento social	2.25 (0.835)	2.45 (0.809)	2.41 (0.818)
Dificuldades económicas	2.25 (0.818)	2.44 (0.854)	2.40 (0.848)

No que concerne aos fatores de manutenção da violência conjugal (tabela 5), os três fatores com médias mais elevadas de grau de concordância apontadas pela amostra total são a “ausência de denúncia” (M=3.51, DP=0.679), a “falta de confiança na justiça” (M=3.26, DP=0.747) e as “promessas de mudança” por parte do agressor (M=3.21, DP=0.728). Por sua vez, “a interferência de outros familiares” (M=2.25, DP=0.863), “a aceitação social da violência” (M=2.29, DP=0.893), “a existência de filhos” (M=2.62, DP=0.987) e “a ameaça de suicídio por parte do agressor” (M=2.62, DP=0.855) são os fatores que a amostra total apresenta com menor grau de concordância quanto à manutenção da violência. Quanto às médias por sexo, apenas referir que o grupo feminino aponta “o desconhecimento da vítima sobre os seus direitos” (M=2.55, DP=0.907) como um dos fatores de menor valor, não se verificando o mesmo no grupo masculino.

Tabela 5. Fatores de Manutenção da Violência Conjugal por sexo (QVC-CMR)

	Masculino	Feminino	Total
	M (DP)	M (DP)	M (DP)
Fatores de manutenção:			
Ausência de denúncia	3.38 (0.744)	3,54 (0.657)	3.51 (0.679)
Falta de confiança na justiça	3.19 (0.725)	3.28 (0.754)	3.26 (0.747)
Valorização da união familiar	2.60 (0.899)	2.65 (0.928)	2.64 (0.920)
Existência de filhos	2.46 (1.020)	2.67 (0.973)	2.62 (0.987)
Isolamento social	2.56 (0.854)	2.81 (0.835)	2.75 (0.845)
Falta de conhecimento da vítima sobre como pedir ajuda	2.60 (0.867)	2.64 (0.864)	2.63 (0.863)
Ambivalência da vítima face ao agressor	2.81 (0.705)	2.92 (0.685)	2.89 (0.691)
Medo de retaliações	3.08 (0.818)	3.18 (0.740)	3.16 (0.759)
Desconhecimento da vítima sobre os seus direitos	2.57 (0.976)	2.55 (0.907)	2.55 (0.922)
Ameaça de suicídio por parte do agressor	2.38 (0.830)	2.69 (0.850)	2.62 (0.855)
Promessas de mudança	3.04 (0.659)	3.26 (0.742)	3.21 (0.728)
Ternura do agressor fora dos momentos de violência	2.90 (0.695)	3.11 (0.786)	3.06 (0.769)
Aceitação social da violência	2.26 (0.822)	2.30 (0.915)	2.29 (0.893)
Interferência de outros familiares	2.17 (0.888)	2.27 (0.855)	2.25 (0.863)

Atendendo aos fatores de resolução da violência (tabela 6), os resultados indicam “o proteger a vítima e os filhos” (M=3.64, DP=0.590), “o estimular a denúncia” (M=3.61, DP=0.597) e “o condenar mais os agressores” (M=3.40, DP=0.702) como as resoluções com maior grau de concordância apontadas pela amostra total. As resoluções com menor grau de concordância incluem: “a intervenção de outros” (M=2.51, DP=0.815), “o melhorar as condições sócio-económicas da família” (M=2.52, DP=0.869) e “o aumentar os tempos de lazer da família” (M=2.55, DP=0.814). As respostas dos sujeitos masculinos assemelham-se às respostas da amostra total. No entanto, as respostas do grupo feminino evidenciam também “o afastar o agressor” (M=3.42, DP=0.664) como uma das resoluções da violência com grau de concordância mais elevado.

Tabela 6. Fatores de Resolução da Violência Conjugal por sexo (QVC-CMR)

	Masculino	Feminino	Total
	M (DP)	M (DP)	M (DP)
Fatores de resolução:			
Afastar o agressor	3.19 (0.674)	3,42 (0.664)	3.37 (0.671)
Condenar mais agressores	3.32 (0.709)	3.42 (0.700)	3.40 (0.702)
Estimular a denúncia	3.54 (0.580)	3.63 (0.601)	3.61 (0.597)
Estimular a separação/divórcio	3.06 (0.820)	3.11 (0.832)	3.10 (0.828)
Proteger a vítima e os filhos	3.49 (0.671)	3.68 (0.556)	3.64 (0.590)
Mudar o comportamento da vítima	2.86 (0.983)	3.05 (0.924)	3.00 (0.940)
Tratar o agressor	3.13 (0.887)	3.20 (0.764)	3.18 (0.793)
Tratar o casal	2.83 (0.979)	2.74 (0.924)	2.76 (0.936)
Informar mais a população geral	3.21 (0.691)	3.34 (0.715)	3.31 (0.710)
Melhorar as condições sócio-económicas das famílias	2.62 (0.879)	2.49 (0.865)	2.52 (0.869)
Aumentar os direitos da mulher	2.28 (0.907)	2.65 (0.867)	2.56 (0.889)
Aumentar os tempos de lazer das famílias	2.74 (0.822)	2.50 (0.805)	2.55 (0.814)
Intervenção de outros	2.50 (0.856)	2.51 (0.805)	2.51 (0.815)
Educação para a prevenção da violência logo na escolaridade	3.29 (0.701)	3.39 (0.678)	3.37 (0.683)

Comparando as médias dos dois subgrupos⁸ (masculino e feminino), importa referir que as diferenças não se revelam estatisticamente significativas ($p>0.05$) para todos os grupos de fatores avaliados: desencadeadores [$t(272)=0.013$, $p=0.990$], manutenção [$t(280)=2.436$, $p=0.051$] e resolução [$t(282)=1.682$, $p=0.094$] da violência.

4.2 Violência no namoro e Resolução de conflitos por parceiros íntimos (CTS-2)

Para a análise do CTS-2, importa ter em consideração as respostas dos sujeitos da amostra em termos de perpetração e de vitimização a dois níveis: *cronicidade* e *prevalência*⁹.

Do total de 311 sujeitos da amostra, 84% pontuam positivamente na escala de negociação emocional, sendo que uma igual maioria dos sujeitos (81,7%) também pontua de forma positiva na escala de negociação cognitiva.

⁸ Anexo II, 2.

⁹ A *prevalência* corresponde à percentagem de sujeitos da amostra que reporta um ou mais atos incluídos nas diferentes escalas do CTS-2 e a *cronicidade* corresponde à frequência em que os atos ocorrem entre os sujeitos que os praticam (Figueiredo, 2006).

No que concerne aos vários tipos de agressão medidos pelo instrumento, é a agressão psicológica ligeira que reúne a maior percentagem de sujeitos, sendo que 62.4% dos sujeitos perpetraram, em média, 8.42 (DP=14.019) atos desta tipologia de agressão no último ano. O abuso físico ligeiro é o segundo tipo de agressão mais praticado pelos sujeitos da amostra (22.2%), ainda que a sua frequência média (M=1.61, DP=5.626) seja manifestamente menor que a frequência da agressão psicológica ligeira.

Como terceiro tipo de agressão mais praticado, pela amostra, surge a agressão psicológica severa, com cerca de 20.3% dos sujeitos tendo cometido, em média, 1.55 (DP=5.040) vezes esta agressão no ano transacto. Seguem-se a coerção sexual ligeira (14.5%), o abuso físico severo (3.9%), o abuso físico com sequelas ligeiro (2.9%), o abuso físico com sequelas severo (1.0%) e, por último, a coerção sexual severa (0.6%) (tabelas 7 e 8).

Quanto às diferenças entre sexos, importa referir que o grupo masculino apresenta maior prevalência nas agressões envolvendo coerção sexual ligeira (M=25.0% e F=11.3%) e na agressão psicológica tanto ligeira (M=63.9 e F=61.9), como severa (M=25.0% e F=18.8%). Por sua vez, o grupo feminino pratica mais atos envolvendo abuso físico, quer ligeiro (M=11.1% e F=25.5%), quer severo (M=0% e F=5.0%), coerção sexual severa (M=0% e F=0.8%), e abuso físico com sequelas ligeiro e severo (M=0% e F=3.8%; M=0% e F=1.3%, respectivamente).

Tabela 7. Análise descritiva da violência no namoro por sexo (Prevalência da Perpetração/Agressores – CTS-2)

Escala/ Subescala	Masculino		Feminino		Total	
	n=72	(23.2%)	n=239	(76.8%)	N=311	
	N	%	N	%	N	%
Negociação						
Emocional	64	88.9	197	82.4	261	84.0
Cognitiva	62	86.1	192	80.3	254	81.7
Agressão psicológica						
Ligeira	46	63.9	148	61.9	194	62.4
Severa	18	25.0	45	18.8	63	20.3
Abuso físico						
Ligeiro	8	11.1	61	25.5	69	22.2
Severo	0	0	12	5.0	12	3.9
Coerção sexual						
Ligeira	18	25.0	27	11.3	45	14.5
Severa	0	0	2	0.8	2	0.6
Abuso físico c/ sequelas						
Ligeiro	0	0	9	3.8	9	2.9
Severo	0	0	3	1.3	3	1.0

Tabela 8. Análise descritiva da violência no namoro por sexo (Cronicidade da Perpetração – CTS-2)

Escala/ Subescala	Masculino M (DP)	Feminino M (DP)	Total M (DP)
Negociação			
Afastar o agressor	42.26 (24.722)	43,35 (27.352)	43.10 (26.731)
Condenar mais agressores	27.72 (21.910)	29.31 (23.463)	28.95 (23.088)
Agressão Psicológica			
Ligeira	9.06 (14.079)	8.23 (14.025)	8.42 (14.019)
Severa	2.47 (6.853)	1.28 (4.330)	1.55 (5.040)
Abuso Físico			
Ligeiro	1.89 (8.410)	1.52 (4.483)	1.61 (5.626)
Severo	0.00 (0.000)	0.25 (1.797)	0.19 (1.578)
Coerção Sexual			
Ligeira	3.18 (8.330)	1.87 (6.602)	2.17 (7.047)
Severa	0.00 (0.000)	0.03 (0.365)	0.03 (0.320)
Abuso Físico com Sequelas			
Ligeiro	0.35 (2.946)	0.11 (0.671)	0.16 (1.531)
Severo	0.00 (0.000)	0.14 (1.656)	0.11 (1.452)

Através da comparação estatística das médias dos dois grupos¹⁰ (masculino e feminino) chega-se à conclusão que a amostra é semelhante no que concerne ao sexo, quando se fala em perpetração de violência íntima, não se verificando diferenças significativas ao nível de qualquer um dos tipos de estratégias de resolução de conflitos ($p>0.05$).

Atendendo à vitimização (tabelas 9 e 10), é o grupo feminino que reúne maior percentagem de atos de agressão sofridos. Apenas na agressão psicológica severa (M=25% e F=16.3%) e coersão sexual ligeira (M=19.4% e F=18.8%) o grupo masculino parece ser o que mais sofre.

Utilizando mais uma vez o teste *t*-Student para amostras independentes¹¹, pode concluir-se que apenas na agressão psicológica severa a diferença entre as médias, do grupo masculino e feminino, é estatisticamente significativa [$t(309)=2.014$; $p=0.045 < \alpha$]. Assim, em todos os restantes tipos de resolução de conflitos, a amostra é semelhante tendo em conta o sexo, quando comparadas as médias face à vitimização da violência ($p>0.05$).

¹⁰ Anexo II, 3.

¹¹ Anexo II, 4.

Tabela 9. Análise descritiva da violência no namoro por sexo (Prevalência da Vitimização – CTS-2)

Escala/ Subescala	Masculino		Feminino		Total	
	n=72	(23.2%)	n=239	(76.8%)	N=311	
	N	%	N	%	N	%
Negociação						
Emocional	63	87.5	198	82.8	261	84.0
Cognitiva	63	87.5	195	81.6	258	83.0
Agressão psicológica						
Ligeira	40	55.6	140	58.6	180	57.9
Severa	18	25.0	39	16.3	57	18.3
Abuso físico						
Ligeiro	10	13.9	48	20.1	58	18.6
Severo	3	4.2	11	4.6	14	4.5
Coerção sexual						
Ligeira	14	19.4	45	18.8	59	19.0
Severa	0	0	4	1.7	4	1.3
Abuso físico c/ sequelas						
Ligeiro	0	0	9	3.8	9	2.9
Severo	0	0	2	0.8	2	0.6

Tabela 10. Análise descritiva da violência no namoro por sexo (Cronicidade da Vitimização – CTS-2)

Escala/ Subescala	Masculino	Feminino	Total
	M (DP)	M (DP)	M (DP)
Negociação			
Afastar o agressor	40.42 (23.932)	42.63 (27.177)	42.12 (26.440)
Condenar mais agressores	27.82 (22.044)	28.44 (23.552)	28.30 (23.179)
Agressão Psicológica			
Ligeira	7.85 (11.139)	6.72 (12.361)	6.98 (12.081)
Severa	2.39 (7.794)	1.01 (3.952)	1.33 (5.123)
Abuso Físico			
Ligeiro	1.65 (8.016)	1.07 (3.906)	1.11 (5.147)
Severo	0.06 (0.285)	0.33 (2.395)	0.27 (2.106)
Coerção Sexual			
Ligeira	2.71 (7.456)	2.48 (7.660)	2.53 (7.602)
Severa	0.00 (0.000)	0.05 (0.392)	0.04 (0.344)
Abuso Físico com Sequelas			
Ligeiro	0.00 (0.000)	0.09 (0.645)	0.07 (0.567)
Severo	0.00 (0.000)	0.03 (0.365)	0.03 (0.320)

4.3 Relação entre agressão (CTS-2) e aceitabilidade da agressão (QRVC-HIS)

Com o intuito de compreender a relação entre a agressão e a aceitabilidade desta, isto é, perceber até que ponto os sujeitos que já perpetraram pelo menos um acto de violência justificam mais ou menos a agressão do que os sujeitos que afirmam nunca ter cometido qualquer tipo de violência, a amostra foi dividida em dois grupos (tabela 11): 91 sujeitos que afirmam nunca ter cometido nenhum tipo de violência e 220 sujeitos que afirmam já ter perpetrado um ou mais atos de violência.

Tabela 11. Caracterização das sub-amostras: Perpetradores/Não perpetradores e Vítimas/Não vítimas (CTS-2)

	Masculino		Feminino		Amostra Total	
	N	%	N	%	N	%
Perpetradores	52	72.2	168	70.3	220	70.5
Não perpetradores	20	27,8	71	29.7	91	29.2
Vítimas	49	68.1	160	66.9	209	67.0
Não vítimas	23	31.9	79	33.1	102	32.7

Tabela 12. Análise descritiva da relação entre agressão (CTS-2) e aceitabilidade da agressão (QRVC-HIS) – Perpetradores/Não perpetradores

QRVC-HIS	Já perpetrou algum ato de violência contra o seu/sua companheiro/a?		Média	Desvio Padrão
	Sim	Não		
História 1	Sim		13.21	3.580
	Não		13.71	3.912
História 2	Sim		15.53	4.663
	Não		15.45	4.938
História 3	Sim		14.04	3.932
	Não		14.12	4.419
História Total	Sim		42.22	11.320
	Não		42.48	12.978

Da comparação entre as médias (tabela 12), importa referir que o grupo de perpetradores legitima mais a violência na história 2 ($M=15.53$; $DP=4.663$) que os não perpetradores ($M=15.45$; $DP=4.938$). Nas restantes histórias (3, 4 e total) são os não perpetradores que mais legitimam a violência. Não obstante, através do teste t para amostras independentes,¹² não se verifica a existência de diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($p>0.05$).

¹² Anexo II, 5.

De forma a obter uma melhor compreensão acerca da relação entre a agressão e a sua aceitabilidade, importa também perceber até que ponto os sujeitos que já foram alvo de um ou mais atos de violência justificam mais ou menos a agressão do que os sujeitos que não sofreram qualquer tipo de acto violento. Assim, procedeu-se novamente à divisão da amostra em dois grupos (tabela 11): 102 sujeitos que afirmam nunca ter sofrido qualquer tipo de agressão e 209 que afirma já terem sido vítimas de um ou mais tipos de agressão.

Tabela 13. Análise descritiva da relação entre agressão (CTS-2) e aceitabilidade da agressão (QRVC-HIS) – Vítimas/Não vítimas

QRVC-HIS	Já foi vítima de algum ato de violência por parte do/a seu/sua companheiro/a?		Média	Desvio Padrão
	Sim	Não		
História 1	Sim		13.37	3.683
	Não		13.32	3.695
História 2	Sim		15.62	4.683
	Não		15.28	4.862
História 3	Sim		14.20	4.021
	Não		13.78	4.187
História Total	Sim		42.67	11.525
	Não		41.55	12.393

No que se refere a ser ou não vítima de atos violentos, importa referir que quer nas três histórias, quer na história total são os sujeitos que já sofreram algum tipo de agressão parte do/a companheiro/a que apresentam médias mais elevadas (tabela 13), podendo inferir-se que legitimam mais a violência que os sujeitos não vítimas.

Procedendo-se à comparação das médias¹³, os resultados indicam a inexistência de diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($p>0.05$).

4.4 Impacto de Variáveis Sócio-demográficas nas Representações Sociais da Violência entre Parceiros Íntimos

Procurando investigar a influência conjunta da variável sexo com cada uma das eventuais variáveis moderadoras nas nossas VD's, optámos pela utilização da *Anova Two-way*. Este teste permite estudar o efeito de duas variáveis independentes sobre a variável dependente, analisando o grau de interação entre as duas (Maroco, 2007).

Sempre que necessário, isto é, sempre que os resultados indicarem a existência de diferenças estatisticamente significativas, procedemos ao cálculo, *a posteriori*, da comparação múltipla de médias, através do teste de *Tukey*.

¹³ Anexo II, 6.

4.4.1 Influência sexo/idade¹⁴

Quanto às representações da legitimação/banalização da Violência Conjugal (QRVC-HIS), os resultados obtidos indicam que a interação entre o sexo e a idade não se revela estatisticamente significativa ($F=1.297$; $p=0.275$), no que diz respeito à História Total e às três histórias que compõem o instrumento – História 1 ($F=0.719$; $p=0.488$), História 2 ($F=0.696$; $p=0.499$) e História 3 ($F=1.674$; $p=0.189$).

Relativamente ao QVC-CMR, a interação entre o sexo e a idade também não se revela estatisticamente significativa no que concerne aos fatores de ativação ($F=0.382$; $p=0.683$), fatores de manutenção ($F=0.283$; $p=0.754$) e fatores de resolução ($F=1.597$; $p=0.204$) da violência conjugal.

No que concerne às estratégias de resolução de conflitos entre parceiros íntimos (CTS-2), quer em termos de perpetração, quer em termos de vitimização, a interação entre sexo e idade não se revela estatisticamente significativa para nenhuma das tipologias ($p>0.05$).

4.4.2 Influência sexo/área de estudo¹⁵

No caso da interação entre o sexo e área de estudos, os resultados indicam a inexistência de uma interação estatisticamente significativa para as três histórias do QRVC – História 1 ($F=0.393$; $p=0.758$), História 2 ($F=0.530$; $p=0.662$) e História 3 ($F=2.198$; $p=0.088$), bem como para a História total ($F=0.960$; $p=0.412$).

O mesmo se verifica em termos dos resultados obtidos relativamente à interação do sexo/área de estudo na concordância com os fatores de ativação ($F=1.555$; $p=0.201$), manutenção ($F=0.583$; $p=0.626$) e resolução ($F=1.333$; $p=0.264$) da violência conjugal.

Ao nível do CTS-2, os resultados obtidos indicam a inexistência de interação sexo/área de estudos estatisticamente significativa para todos os tipos de resolução de conflitos ($p>0.05$), quer ao nível das vítimas, quer ao nível dos perpetradores.

4.4.3 Influência sexo/ano escolar¹⁶

Os resultados obtidos indicam que a interação entre o sexo e o ano escolar não se revela estatisticamente significativo ($F=1.068$; $p=0.373$) no que se refere à História total, assim como em cada uma das histórias: História 1 ($F=1.413$; $p=0.229$), História 2 ($F=1.228$; $p=0.299$) e História 3 ($F=0.602$; $p=0.661$).

¹⁴ Anexo II, 7 e 8.

¹⁵ Anexo II, 7 e 8

¹⁶ Anexo II, 7 e 8

Pode inferir-se, também, que não existem diferenças estatisticamente significativas no que concerne à percepção das causas ($F=1.144$; $p=0.336$), dos fatores de manutenção ($F=1.015$; $p=0.400$) e das resoluções ($F=0.380$; $p=0.823$) da violência conjugal, quando analisada a interação entre o sexo e o ano escolar dos sujeitos.

No que concerne aos resultados obtidos acerca da interação das variáveis sexo e ano escolar, os resultados não evidenciam qualquer interação estatisticamente significativa ($p>0.05$) ao nível da vitimação e perpetração dos diferentes tipos de resolução de conflitos.

4.4.4 Influência sexo/zona de residência¹⁷

Na análise da interação entre o sexo e a zona de residência, importa referir que foi necessário reagrupar os subgrupos definidos através da NUTS II. De forma a conseguir equilibrar melhor o número de efectivos amostrais em cada subgrupo, o agrupamento passou a contemplar apenas 3 categorias, a saber: Norte, Centro e Sul/Ilhas.

Os resultados indicam que a referida interação é estatisticamente significativa no que se refere à primeira história ($F=3.829$; $p=0.023$) do QRVC. Para percebermos quais as zonas do país e que ocorrem essas diferenças estatisticamente significativas procedemos à aplicação do teste *post-hoc* de Tukey¹⁸. Os resultados sugerem que apenas as médias referentes à zona centro e zona sul e ilhas são significativamente diferentes ($p=0.024$). Isto significa que os indivíduos residentes na zona centro tendem a ter, neste âmbito, uma perspectiva distinta dos indivíduos residentes na zona sul e ilhas, no que diz respeito à violência num contexto sócio-económico elevado, em que a mulher é a vítima (como retratado na história 1). Destacar ainda que, no que concerne a esta primeira história, os sujeitos residentes na zona sul e ilhas apresentam médias mais elevadas ($M=15.44$; $DP=4.179$) comparativamente com os sujeitos residentes na zona centro ($M=13.10$; $DP=3.542$). Logo, pode inferir-se que os sujeitos residentes na zona sul e ilhas legitimam mais a violência no contexto referido, do que os residentes na zona centro.

No que concerne às restantes histórias - História 2 ($F=0.296$; $p=0.744$), História 3 ($F=2.330$; $p=0.099$) e à História Total ($F=1.749$; $p=0.176$) a interação entre o sexo e a zona de residência não se revela estatisticamente significativa.

Não se verifica, também, uma interação estatisticamente significativa entre o sexo e a zona de residência relativamente aos fatores de ativação ($F=0.056$; $p=0.945$), fatores de manutenção ($F=1.547$; $p=0.215$) e fatores de resolução ($F=1.032$; $p=0.358$) da violência conjugal.

¹⁷ Anexo II, 7 e 8.

¹⁸ Anexo II, 9.

Entre o sexo e a zona de residência também não se revela interação estatisticamente significativa ($p>0.05$) ao nível dos diferentes tipos de resolução de conflitos avaliados pelo CTS-2.

V - Discussão

Pretendemos, neste momento, discutir os resultados obtidos na nossa amostra. Tendo em conta os objetivos definidos para o presente estudo e o contributo da literatura na área estudada, procuramos verificar se os resultados obtidos vão no sentido dos alcançados em investigações empíricas já realizadas, ou se, pelo contrário, nos permitem extrapolar hipóteses alternativas. Importa, no entanto, realçar que tratando-se de um estudo exploratório, qualquer hipótese ou reflexão sugeridas constituem apenas possíveis leituras provenientes dos resultados obtidos. Desta forma, será necessário algum cuidado quanto à generalização das conclusões para a população geral. Não obstante, cremos que os dados obtidos poderão revelar importantes informações acerca da temática em estudo.

Com o intuito de organizar a informação e facilitar a sua exposição, optámos por apresentar a reflexão em função dos tópicos analisados e descritos anteriormente.

5.1. Crenças em torno da Violência Conjugal (QRVC-HIS e QVC-CMR)

No que concerne às crenças sobre a violência (QRVC-HIS) a amostra total apresenta pouca aceitação da violência, como já evidenciado noutros estudos prévios. Tratando-se de uma amostra muito jovem ($M=21.66$) de estudantes do ensino superior, a baixa aceitação/legitimação da violência pode advir da maturação decorrente dos desafios do início de uma nova etapa de vida, da eventual saída de casa, do confronto com novos contextos, relações e ideologias, o que poderá contribuir para a mudança de atitude relativa à temática da violência.

Apesar de não se terem estudado as diferenças entre áreas de estudo e ano escolar, a baixa aceitação da violência poderá ser compreendida atendendo ao facto da maioria da amostra frequentar os últimos anos da licenciatura (3º/4ºanos) ou o mestrado (4º/5ºanos) de cursos “sociais” e psicologia. Nestes cursos, temáticas como a violência são exploradas durante a formação académica, o que poderá incutir uma maior sensibilidade face à violência e influenciar o tipo de crenças e atitudes face à mesma (Machado, Matos, & Moreira, 2003; Pérez, Fiol, Palmer, & Guzmán, 2006; Pérez, Fiol, Palmer, Espinosa, & Guzmán, 2006).

Apesar dos baixos valores de aceitabilidade da violência neste estudo, importa referir que foram encontradas diferenças significativas ao nível da variável sexo, no que se refere às várias histórias que compõem o QRVC-HIS, bem como na história total. As diferenças estatisticamente significativas entre os subgrupos masculino e feminino confirmam a maior legitimação dos estudantes do sexo masculino no que se refere a atos de

Representações Sociais da Violência entre Parceiros Íntimos numa amostra de estudantes do ensino superior: o género fará a diferença?

Ana Margarida da Silva Vieira (e-mail: ana_ms_vieira@hotmail.com) 2013

violência entre parceiros íntimos encontrada em anteriores investigações desenvolvidas por Machado, Matos e Moreira (2003); Matos, Machado, Caridade e Silva (2006), Pérez, Fiol, Palmer e Guzmán (2006); e Caridade, Machado e Vaz (2007).

Isto poderá dever-se a alicerces socioculturais, como os papéis de género, nos quais a mulher sempre assumiu uma posição subordinada ao homem. Importa, assim, atender aos resultados em cada uma das histórias, uma vez que contemplam contextos e direcionalidades da violência distintas.

Para ambos os subgrupos (masculino e feminino), as médias mais elevadas foram obtidas na história 2 (casal de idosos, em que o homem é a vítima), seguindo-se da história 1 (família de estatuto sócio económico elevado, em que a mulher é a vítima) e, por fim, a história 3 (que envolve o consumo de álcool e em que a mulher grávida é a vítima).

Relativamente à maior legitimação da violência na história 2, pode-se tentar compreendê-la em função do facto da violência ser perpetrada pela mulher contra o homem. Neste sentido, tal corrobora os resultados obtidos por Carlson e Worden (2005), em que a perpetração do comportamento agressivo é tido como menos ofensivo ou ilegal quando o agressor é do sexo feminino, logo mais aceitável (Price et al., 1999), pois é muitas vezes considerada uma forma de retaliação ou de auto-defesa (Makepeace, 1986) por parte da mulher. Não obstante, é sabido também que a violência sofrida no masculino é menos visível, o que poderá diminuir a percepção da perpetração da violência feminina (Emery, 2010). Pode inferir-se ainda, que o grupo feminino, para além de não tolerar a violência contra a mulher, pela provável identificação e solidariedade de género, não aceita a violência em geral. O que pode explicar o facto de também legitimarem menos que os homens a violência na história 2, em que há uma mulher agressora.

A maior legitimação dos dois subgrupos poderá ser ainda explicado pelo facto de se tratar de uma amostra jovem e, por isso, menos influenciada pela designada cultura de honra (Vandello, 2003), onde predomina o pensar patriarcal e masculinizado. Machado, Matos e Moreira (2003), numa investigação sobre a violência universitária, concluíram também que a faixa etária mais jovem tende a desvalorizar a conduta violenta nas relações, menosprezando a sua gravidade.

Ainda que a literatura identifique o consumo de substâncias como uma das referências mais comuns para a ocorrência de comportamentos agressivos e de desculpabilização dos mesmos (Rapoza & Baker, 2008), a menor legitimação da violência na história 3, onde a violência ocorre num contexto de consumo de álcool e em que a vítima se encontra grávida, pode, mais uma vez, dever-se ao facto da formação académica obtida sensibilizar os jovens estudantes para a existência de legitimação da violência, condenando também a agressão à mulher grávida (Paiva, 2010).

Estes factos podem explicar assim, pelo que foi exposto, a conclusão de que os sujeitos do nosso estudo aceitam melhor a violência ou minimizam-na mais quando o casal é mais velho e a mulher agressora (levantando algumas dúvidas quanto à existência ou não de violência ou, pelo menos, quanto à sua gravidade tendo em conta a fragilidade da idade

dos intervenientes da história).

O QVC-CMR permite identificar as causas, os fatores de manutenção e fatores de resolução que os sujeitos atribuem ao fenómeno da violência conjugal.

Relativamente às causas da violência, a existência de relações extraconjugais foi o factor que reuniu maior grau de concordância entre os sujeitos da amostra. Socialmente, e tendo em conta a anterior investigação acerca da temática, a traição não é considerada uma forma de violência e é algo muitas vezes negligenciado. No entanto, Alarcão (2000) afirma que a traição nega o lugar que a pessoa idealiza e gostaria de ocupar, deixando-a sem identidade e sem história, o que em si acarreta um grande potencial de violência.

Na amostra geral e em ambos os subgrupos (masculino e feminino), os antecedentes de violência na família de origem emergem como a segunda causa de comportamentos agressivos com maior grau de concordância. A teoria intergeracional da violência (Gover, Kaukinen, & Fox, 2008 como citado em Oliveira & Sani, 2009) postula que a experiência de vitimação na infância favorece a sua perpetração e a literatura e os estudos empíricos têm corroborado esta ideia de que a exposição a situações de violência na infância está fortemente associada com a perpetração e/ou vitimação de comportamentos violentos na idade adulta (Hotaling & Sugarman, 1986; Straus et al., 1994; Markowitz, 2001; Matos, 2003; Bryant & Spencer, 2003; Rapoza & Baker, 2008; Jin et al., 2007).

O consumo de álcool ou drogas surge como a terceira causa da violência conjugal com maior grau de concordância. Segundo Rapoza e Baker (2008), este factor tem sido apontado como de risco para o comportamento violento. Vários estudos têm vindo a apontar que a violência é mais aceitável quando perpetrada sob o efeito de álcool ou substâncias e Hotaling e Sugarman (1986) (entre outros) concluíram mesmo a existência de uma relação entre o abuso de álcool e o recurso a atos de violência. Contudo, Matos (2003) sugere a necessidade de algum cuidado e reservas ao estabelecer uma relação directa e clara entre o consumo de substâncias e a violência. A atribuição da violência ao álcool poderá levar a que o senso comum acredite que os comportamentos violentos ocorrem, na sua maioria, em momentos de intoxicação, sucedendo uma desculpabilização social do agressor, que permite o alívio da sua responsabilidade e fornece à vítima uma justificação para permanecer na relação (Alexander, 1993).

Comparando estes resultados com estudos anteriores acerca da temática, verificamos algumas semelhanças no que diz respeito às principais causas da violência conjugal (Correia, 2008; Camelo, 2009; Paiva, 2010; Baptista, 2013). E, relativamente ao estudo de Worden e Carlson (2005), verificamos alguma convergência face aos fatores “abuso de substâncias” e “existência de antecedentes de violência familiar”. Assim, de uma forma geral, podemos concluir que as causas que maior concordância obtêm pelos sujeitos da amostra, se reportam à figura do agressor e a fatores sociais/culturais. O que é reforçado pelas causas com menor grau de concordância eleitas pela amostra, que remetem para a vítima (doença

mental e comportamento provocador da vítima) e para a família (problemas/dificuldades criadas pelos filhos e interferência de outros familiares).

No que concerne aos fatores de manutenção, os grupos masculino e feminino identificam a ausência de denúncia como principal factor que mantém a relação abusiva (reunindo o maior grau de concordância) seguindo-se a falta de confiança na justiça e as promessas de mudança por parte do agressor.

Apesar de se assistir a uma maior visibilidade e exposição pública do fenómeno, não se pode ocultar que as vítimas, sobretudo mulheres maltratadas, vão permanecendo em silêncio convictas que nada pode ser feito de forma a controlar a violência que sofrem, o que segundo Matos (2003) dificulta a possibilidade de mudança e de construção de uma história alternativa. A falta de confiança na justiça e as promessas de mudança do agressor também poderão estar na base da ausência de denúncia dos comportamentos agressivos, sendo que o medo e a insegurança constituem-se como denominadores comuns às vítimas, mobilizando-as na procura de ajuda (Alexander, 1993; Pagelow, 1984).

Em relação à falta de confiança na justiça, perante a divulgação frequente dos meios de comunicação social de retalizações sofridas por mulheres que denunciaram a violência e a demora da justiça em actuar e proteger as vítimas, facilmente se compreende a ausência de confiança existente. Por sua vez, em relação às promessas de mudança por parte do agressor, importa ter em conta alguns estudos como o de Pagelow (1984) onde se conclui que muitas mulheres continuam ao lado dos agressores, pois alimentam a esperança de que eles mudem, insistindo sobretudo nas qualidades dos maridos/companheiros, tentando minimizar as situações violentas. O mesmo é corroborado por Walker (1991, como citado em Antunes, 2003) correspondendo à fase de lua de mel do ciclo de violência conjugal que definiu. Também Alarcão (2000) integra “a ternura do agressor fora dos momentos de violência” no enquadramento teórico do ciclo de violência que apresenta, permitindo o seu carácter cíclico.

Contrariamente ao que acontece com as causas da violência, verificamos que a vítima surge de forma mais vincada, no que diz respeito aos fatores de manutenção, o que aliás corresponde aos resultados da investigação prévia. Eventualmente, a promessa de mudança poderá estar relacionada com o agressor. Não obstante, consideramos que, uma vez que a decisão de ceder a tais comportamentos é da vítima, é a ela que se reporta este factor de manutenção. Em suma, se a origem da violência é reportada ao comportamento do agressor, é sobre a vítima que recai a manutenção da mesma.

Quanto aos fatores de resolução da violência, o maior grau de concordância entre os estudantes do ensino superior alude sobre o factor “proteger a vítima e os filhos”, seguindo-se o “estimular a denúncia” e o “condenar mais agressores”. O subgrupo feminino refere ainda o “afastar o agressor”. Relembrando que a ausência de denúncia foi um dos fatores realçados como perpetuador da violência, era expectável a ênfase dada à

necessidade de denunciar os comportamentos agressivos como forma de quebrar o ciclo de violência. Da mesma forma, ao analisar as causas conclui-se que a amostra geral culpa o agressor e, no seguimento desta crença, é compreensível a necessidade de condenação deste. O facto do subgrupo feminino acrescentar a necessidade de afastamento do agressor estará, provavelmente, relacionada com a maior vitimação das mulheres ao longo dos tempos, o que as faz desejar medidas mais concretas e eficientes contra a violência – uma vez que a condenação nem sempre passa pelo efectivo e real afastamento do agressor.

Seguindo a lógica da afirmação anterior e tendo em conta a literatura, a protecção da vítimas e dos filhos (se os houver) constitui-se o factor apontado como mais preponderante para resolver a violência conjugal (Baptista, 2013).

Atendendo aos resultados por subgrupos e fazendo a ponte com a temática da violência no namoro, também estudada no presente estudo, importa ter em conta que os factores “educação para a prevenção da violência logo na escolaridade” e a necessidade de “informar mais a população geral”, reúnem também um elevado grau de concordância entre os sujeitos da amostra quando acerca dos factores de resolução da violência são questionados. Ao considerar a violência no namoro como um preditor fundamental da violência conjugal (Machado et al., 2003) e tendo em conta que alguns estudos demonstram que a violência tende a surgir quando os jovens frequentam ainda o ensino secundário (Cano et al., 1998, como citado em Machado et al., 2010), facilmente se compreende a importância e necessidade de sensibilizar os jovens desde cedo para a temática. É curioso pensar que sendo a presente amostra, na sua grande maioria, muito jovem, será útil colocar a hipótese de que ao apontarem este factor como forma de pôr termo à violência, pode espelhar o que eles próprios poderão sentir como lacuna ao longo da sua formação cívica.

Em suma, os resultados obtidos vão ao encontro da literatura e as diferenças entre os subgrupos masculino e feminino não se revelam estatisticamente significativas. Pode inferir-se, deixando margem para futuras e mais aprofundadas investigações, que os sexos masculino e feminino não diferem de opinião relativamente à violência conjugal, o que demonstra um conhecimento semelhante quanto às causas, factores de manutenção e de resolução dos comportamentos agressivos.

5.2. Violência no namoro e Resolução de conflitos por parceiros íntimos (CTS-2)

Duarte e Lima (2006) afirmaram que um número considerável dos participantes do seu estudo já experienciou, em relações de namoro, violência física e/ou psicológica, alertando para o facto deste flagelo social se estar a propagar às camadas mais jovens.

Straus (1990), como citado em Figueiredo (2006), sustentado pela Teoria do Conflito (Adams, 1965), considera que o que diferencia os casais violentos dos menos violentos entre si “*não é o conflito per si, mas os modos*

mais ou menos adequados para a sua resolução que as CTS-2 permitem ceder” (p.20).

Deste modo, quanto à violência no namoro importa começar por referir que a maioria dos sujeitos da nossa amostra pontua positivamente na escala de negociação emocional e cognitiva, evidenciando capacidades para lidar com as situações de crise no casal.

No entanto, é sabido que a violência durante as relações de namoro não é uma problemática rara (Price & Byers, 1999). Embora permaneça alguma controvérsia relativamente à sua prevalência e distribuição em termos de sexo (Hickman, Jaycose, & Arossof, 2004), alguns estudos têm revelado a existência de níveis preocupantes de violência nas relações de namoro (Straus, 2004). Em termos nacionais, estudos realizados igualmente em contextos universitários (Machado, Matos, & Moreira, 2003; Baptista, 2013), concluem que uma percentagem elevada de estudantes adota condutas violentas no contexto das suas relações íntimas. No presente estudo, importa referir que 70,5% da amostra total admitem já ter cometido pelo menos um acto de violência e 67.0% já foi alvo de pelo menos um acto agressivo por parte do seu/sua companheiro/a.

Em termos de perpetração, com maior prevalência e cronicidade, a violência no namoro expressa-se sob a forma de agressão psicológica ligeira. Com uma percentagem também elevada encontra-se o abuso físico ligeiro, a agressão psicológica severa e a coersão sexual ligeira. Estes dados estão em consonância com os resultados obtidos em estudos nacionais (Paiva & Figueiredo, 2004; Baptista, 2013) e internacionais (Shook, Gerrity, Jurich, & Segrist, 2000; Aldrighi, 2004). Apesar das maiores percentagens se situarem nos tipos de violência mais ligeiros, é importante não deixar de valorizar este facto, pois como já evidenciado por outros autores, os jovens não dão importância e não percebem os “pequenos” atos violentos como o início de uma escalada de violência (Hernando, 2007; Barilari, 2007), aumentando de intensidade ao longo do tempo (Alarcão, 2000).

Relativamente às diferenças entre sexos, no uso de determinado tipo de violência, os resultados informam que o subgrupo feminino pratica mais atos envolvendo abuso físico quer ligeiro, quer severo, coersão sexual severa e abuso físico com sequelas ligeiro e severo, em comparação com os homens. Já o subgrupo masculino apresenta maior prevalência que as mulheres nas agressões envolvendo coersão sexual ligeira e na agressão psicológica, tanto ligeira como severa. No entanto, impera como necessidade referir que a amostra é semelhante no que concerne ao sexo na perpetração dos diferentes tipos de violência, não se verificando diferenças estatisticamente significativas. Vários são os autores que apoiam a tese de que a violência entre companheiros íntimos se caracteriza por trocas mútuas de agressões (Magdol et al., 1997; Lewis & Fremouw, 2002; Machado, Matos, & Moreira, 2003; Paiva & Figueiredo, 2004; Straus, 2004), afastando-se e contraditando a alegação comum de que o homem é o perpetrador e a mulher a vítima.

No que respeita à vitimização, é o grupo feminino que reúne maior percentagem de atos de agressão sofridos. Uma explicação para este

fenómeno poderá ser cultural, isto é, devido à sua menor força física e, conseqüentemente, menor provabilidade de ferir o parceiro, a mulher é tida como a principal vítima e mais facilmente desculpabilizada quando pratica um acto violento contra o homem. Por sua vez, esta desculpabilização da mulher pode levar a um menor relato dos homens quanto à própria vitimização, o que é intensificado pela vergonha de admitir ser uma vítima numa sociedade em que o homem é tido como detentor da força. Uma explicação adicional à compreensão desta realidade é fornecida por Price e Byers (1999) quando referem que os atos de violência feminina podem surgir como resposta de defesa contra atos de violência prévia. Assim, tende-se a desvalorizar o homem enquanto vítima, mas também a atenuar e desresponsabilizar o comportamento agressivo da mulher. Assim, na análise deste tipo de abusos importa atender à génese da violência, seus motivos e conseqüências.

Finalmente, importa referir que apenas são encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os sexos no que concerne à agressão psicológica severa, confirmando-se que a mulher é quem mais faz uso dessa tipologia de violência sobre o companheiro.

5.3. Relação entre agressão (CTS-2) e aceitabilidade da agressão (QRVC-HIS)

No que toca à relação entre agressão e aceitabilidade desta, importa referir que a amostra foi dividida, num primeiro momento, em dois grupos: perpetradores e não perpetradores. E, num segundo momento, em vítimas e não vítimas de violência nas relações de intimidade actuais ou anteriores. Apesar das diferenças entre os subgrupos não se revelarem estatisticamente significativas, importa realçar o facto de o subgrupo de estudantes que já foi alvo de um ou mais atos de violência (vítimas) por parte do/a companheiro/a parecer legitimar mais a violência em todas histórias e história total do QRVC-HIS, que os estudantes não vítimas.

A revisão literária evidencia que percebemos o que nos circunda através da “lente” das nossas crenças, menosprezando as informações que são antagónicas com esta e sobrevalorizando as que lhe são harmónicas (Beck, 1997). Assim, a aceitação e/ou tolerância da violência entre parceiros íntimos (quer da parte da vítima, ou do agressor, ou mesmo de terceiros) é resultante de falsas crenças acerca das mesma, desde a banalização da pequena violência, à sua legitimação através de fatores externos ao afensor (por exemplo, desemprego, álcool), à conduta da mulher ou ainda à necessidade de preservação do lar e coesão familiar.

Segundo James, West, Deters e Armijo (2000), temos assistido, ao longo do tempo, a um aumento da tolerância da violência íntima pelos jovens, sendo considerada por estes como um sinónimo de amor entre o casal. Machado, Matos e Moreira (2003) concluem que as vítimas e agressores tendem a minimizar a pequena violência, ignorando que esta manifesta propensão para se agravar ao longo do tempo. Deste modo, a maior legitimação da violência por parte dos sujeitos vítimas, em

comparação com os não vítimas, poderá traduzir um desinteresse dos sujeitos face às condutas violentas que vão assumindo e à possibilidade de permanecerem em relações abusivas no futuro, ou então, indicar que estes ponderam a utilidade das mesmas em determinadas situações.

Vários autores têm vindo a defender que o fenómeno da violência no namoro poderá dever-se a um aumento da banalização por parte dos jovens, uma vez que se verifica uma tendência para estes considerarem tudo normal. A maior aceitação da violência é, assim, explicada pelo critério de normalidade, frequentemente associado a atos de ciúme, impossibilitando a tomada de consciência, por parte dos jovens, da gravidade deste tipo de conduta. Emocionalmente dependentes, as vítimas tendem a justificar o abuso como atos de amor, afecto e cuidado (Nascimento, 2009), ao passo que os agressores utilizam a mesma lógica para justificarem os seus comportamentos violentos.

Embora não tenhamos informação suficiente e aprofundada para compreender a relação entre agressão e aceitabilidade desta, ficam aqui indicadores para pesquisas futuras. Importa perceber quais as reais crenças subjacentes à violência no namoro e recriminar estas relações (construídas através de livros e filmes, nos quais o amor prevalece acima de todos os valores e em que o final é sempre feliz) junto das vítimas. Caso contrário, corre-se o risco de engrandecer a percepção que a vítima tem da necessidade de ter o seu “príncipe encantado”, resignando-se a tudo em nome do amor.

5.4. Impacto de Variáveis Sócio-demográficas nas Representações Sociais da Violência entre Parceiros Íntimos

Se algumas visões teóricas apontam para traços de personalidade, agressivos ou antissociais, e para a componente biológica ou genética, como explicação deste tipo de violência, algumas investigações têm vindo a encontrar nas fundamentações contextuais, sociais, culturais e políticas explicações mais consentâneas com os dados empíricos do fenómeno violência/intimidade (Neves, 2008).

Procurando perceber a influência da variável sexo conjuntamente com cada uma das eventuais variáveis moderadoras (idade, área de estudos, ano escolar e zona de residência) na representação social da violência entre parceiros íntimos, importa referir que apenas se revelou estatisticamente significativa a interação entre sexo e zona de residência, no que se refere à história 1 do QRVC-HIS (violência perpetrada numa família de elevado nível sócio-económico). Os resultados sugerem que a diferença ocorre ao nível das zonas centro e sul/ilhas. Assim, os indivíduos residentes na zona sul e ilhas legitimam mais a violência num contexto sócio-económico elevado em que a mulher é a vítima, do que os residentes na zona centro do nosso país.

No que se refere ao panorama nacional, é a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) quem disponibiliza, anualmente, informação quantitativa a este respeito. De destacar que entre 2010 e 2012 registou-se um aumento percentual de 8.4% de processos de apoio à vítima. Assim, e

segundo os dados recolhidos, no ano passado (2012), 85% das vítimas registadas eram do sexo feminino e os distritos de residência dessas, mais citados, foram: Lisboa (8.7%), seguindo-se o Porto (3.4%), Setúbal (2.1%), Região Autónoma dos Açores (1.8%) e Santarém (1.7%). Em termos de relação da agressor com a vítima, 48.2% era de cônjuge/companheiro e ainda é de destacar que em 1.5 % das situações a relação era de namorado/a.

É curioso o cruzar de informação, pois as estatísticas nacionais permitem confirmar e inferir que os maiores índices percentuais de violência ocorrem ao nível das zonas centro e sul/ilhas, o que poderá pesar na explicação das diferenças significativas verificadas entre essas zonas. No entanto, parece importante averiguar as condições económicas dos sujeitos da amostra, bem como da população em geral residente nas diferentes zonas do país para, eventualmente perceber o porquê da diferença ao nível da legitimação da violência em famílias de nível sócio-económico mais elevado. Numa primeira análise, podemos levantar duas possíveis explicações: a maior legitimação na história 1 poderá estar relacionada com o facto de os indivíduos quererem atenuar a eventual existência de violência numa classe social à qual pertencem, ou estará relacionada com a crença de que a violência ocorre apenas no seio de famílias mais desfavorecidas, daí legitimarem a violência em famílias de elevado nível sócio-económico.

Escassos são os estudos que se centram na investigação da associação da violência com a zona de residência dos seus intervenientes e o seu nível sócio-económico. Também a presente investigação não fornece investigação a esse respeito, algo que poderá ser colmatado em futuras investigações. A sua pertinência é reforçada pelo facto de também Baptista (2013) ter encontrado relação entre agressão e aceitabilidade da mesma na história 1, onde os sujeitos perpetradores demonstram ter crenças de maior legitimidade sobre a violência quando comparados com sujeitos que afirmam nunca ter cometido qualquer acto violento.

Ainda assim, será útil conjecturar mais algumas das possíveis explicações. Efectivamente a amostra foi dividida em termos de zonas de residência, no entanto, não se pode esquecer que se trata de uma amostra de estudantes universitários. Provavelmente, a maioria dos sujeitos reside (grande parte da semana) nas cidades onde se encontra a estudar e, eventualmente, é nessas cidades que conheceram e mantêm as relações de namoro actuais, acerca das quais reportaram as suas respostas.

Como referido anteriormente, a APAV destaca as cidades de Lisboa e Porto, como aquelas em que mais se registaram casos de violência no ano passado. Importa ter em conta que se trata de duas das cidades portuguesas onde há maior quantidade de estudantes do ensino superior. Num estudo sobre violência em ambiente nocturnos portugueses, Lopes, Alves e Batista (2012) apontam que os jovens que frequentam ambientes nocturnos têm uma distribuição homogénea quanto ao sexo, são maioritariamente estudantes com formação académica elevada e predominantemente oriundos da classe média. Neste mesmo estudo, o consumo de álcool e drogas surge como um importante factor de risco quer para as vítimas, quer para os perpetradores da violência juvenil. Os resultados vão mais longe, e indiciam que um maior

envolvimento em atos de violência se relaciona com uma maior participação na vida recreativa nocturna. Baptista (2013) encontrou também relação entre a aceitabilidade da violência e os tipos de consumo - com os consumos mais elevados a corresponderem a valores de maior justificabilidade da violência – e considera que os resultados obtidos no seu estudo com estudantes universitários evidenciam consumos preocupantes, particularmente ao nível do álcool.

Apesar de, mais uma vez, não haver informação suficiente para compreender esta relação, reúnem-se aqui algumas reflexões que poderão fornecer pistas a explorar em futuras investigações.

VI - Conclusões

O iniciar da idade adulta, instituindo-se como um período de grandes mudanças e transições, desempenha um papel fulcral no desenvolvimento dos jovens. Todavia, muitas vezes, os jovens deparam-se com cenários relacionais inesperados, pautados por comportamentos violentos, face aos quais poderão ser levados a adoptar uma postura de legitimação, concebendo tais práticas como uma manifestação de amor e/ou ciúme.

Esta investigação contribuiu para desmistificar a crença de que a violência só ocorre entre pessoas com baixa escolarização e que têm menos acesso à informação. Embora a população estudada apresente, no geral, baixos níveis de tolerância referentes à violência conjugal, ainda sustenta algumas crenças que estão por detrás da aceitação de algumas condutas abusivas.

Este estudo reforçou também o que havia sido demonstrado por outras investigações prévias, uma maior legitimação da violência por parte do sexo masculino e a elevada prevalência de violência nas relações entre parceiros íntimos (essencialmente, relações de namoro). O que leva a insistir no desmantelamento de estereótipos culturais/sociais que ainda se verificam pela influência patriarcal na qual a mulher tinha um estatuto de inferioridade face ao homem.

Todos estes dados, apesar de apenas indicadores, mostram-se preocupantes remetendo para a necessidade de uma intervenção precoce. Sendo a violência socialmente construída ao longo do tempo, a intervenção em fases iniciais pode contribuir para a sua prevenção. É pois urgente que se continue a explorar este fenómeno, na tentativa de delinear um conjunto de acções preventivas que possibilitem à população mais jovem identificar como abusivas condutas e refutar as argumentações culturais que ainda as sustentam. Uma parte deverá fazer-se ao nível da família, nos processos de socialização mais precoces, a outra parte deverá fazer-se ao nível do Sistema de Ensino, num lógica de complementaridade.

As estratégias preventivas devem ser dirigidas a homens e mulheres pois constatou-se que a violência entre parceiros íntimos é um problema complexo, multidimensional e multidireccional. Deve, assim, expressar-se num processo de aprendizagem contínuo, permitindo alertar a população

Representações Sociais da Violência entre Parceiros Íntimos numa amostra de estudantes do ensino superior: o género fará a diferença?

Ana Margarida da Silva Vieira (e-mail: ana_ms_vieira@hotmail.com) 2013

para os perigos que correm ao permitirem o início e escalada de relações abusivas e violentas. Uma vez que esta investigação tem como foco o estudo das representações sociais, acreditando serem estas que levam às atitudes e, conseqüentemente, aos comportamentos, propõem-se que o caminho passe pelo antecipar das situações de violência mediante a aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de competências emocionais, sociais e morais junto dos jovens (não só da população identificada como de risco, mas toda a população).

6.1. Limitações do estudo e Indicações Futuras

O presente estudo tem algumas limitações e, por conseguinte, é necessário ser cuidadoso na análise dos seus resultados.

Apesar de as sub-amostras possuírem um tamanho suficiente para a prossecução das análises estatísticas, importa ter em conta que a amostra é, na sua maioria, composta por sujeitos do sexo feminino. Consideramos, assim, que um maior equilíbrio na variável sexo seria aconselhável.

Uma segunda limitação prende-se com o facto de considerarmos útil e necessária a avaliação da desejabilidade social. A grande extensão do questionário, assim como o facto deste remeter para situações de intimidade do sujeito e ainda, o facto de se tratar de uma amostra por conveniência poderão ter influenciado as respostas dos sujeitos, ao não permitir que as representações sociais mais subtis emergissem.

Uma outra limitação foi a não inserção no estudo da variável *status* económico, devido aos *missings* no questionário sócio-demográfico e ainda, o facto de ter ocorrido uma eventual confusão ao nível da identificação da cidade de residência. Seria relevante alargar a área geográfica, para uma maior representatividade da amostra que englobasse todo o país de forma mais equilibrada.

Apesar de a pesquisa nesta área ser intensa, ao nível nacional os estudos são ainda incipientes, fornecendo uma visão pouco integrada das dinâmicas que estes fenómenos encerram. Assim, parece fundamental que as futuras investigações atendam a algumas questões até então negligenciadas, como a compreensão da sequência interativa e do contexto em que surgem os atos abusivos, bem como as significações e o impacto do abuso experienciado (vitimizado ou perpetrado) pelos sujeitos participantes.

Uma complementaridade entre análises quantitativas e qualitativas seria, igualmente, útil, de forma a conquistar uma leitura mais compreensiva do fenómeno – relações entre violência e sexo. Seria, do mesmo modo, interessante ampliar investigações relativamente à homossexualidade e à violência sofrida por homens.

E por fim, uma vez que as crenças se desenvolvem através da socialização, seria profícuo alargar estes estudos além do contexto universitário, procurando abranger outros grupos sociais, geralmente invisíveis no que concerne a este fenómeno (Jackson, 1999), como por exemplo, jovens não estudantes, população que contacta com os jovens (professores e pais), para que haja um maior suporte para uma intervenção

Representações Sociais da Violência entre Parceiros Íntimos numa amostra de estudantes do ensino superior: o género fará a diferença?

Ana Margarida da Silva Vieira (e-mail: ana_ms_vieira@hotmail.com) 2013

nas fases mais iniciais de desenvolvimento e para que estas se tornem mais eficientes.

Bibliografia

Adams, B. N. (1965). Coercion and consensus theories: some unresolved issues. *American Journal of Sociology*, 71, 714-716.

Aldrighi, T. (2004). Prevalência e cronicidade da violência física no namoro entre jovens universitários do Estado de São Paulo - Brasil. *Psicología Teoría e Practica*, 6, 105-120.

Agarwal, B., & Panda, P. (2007). Towar freedom from domestic violence: The neglected obvious. *Journal of human development*, 8 (3), 359-388. Retirado em 12, Dezembro, 2012 de: http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=pbh&AN=26055662_&lang=pt-br&site=ehost-live&scope=site

Aguilar, R. (2010). *Representações sociais em torno da violência conjugal: estudo de validação do questionário de violência conjugal: histórias (QRVC-HIS) e do questionário de violência conjugal: causas, manutenção e resolução (QVC-CMR) com uma amostra da população geral*. (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Alarcão, M. (2000). *(Des)Equilíbrios familiares: uma visão sistémica*. Coimbra: Quarteto.

Alexander, R. (1993). Wife-battering – In australian perspective. *Journal of Family Violence*, 3, 229-251.

A.P.A.V. (2012). Estatísticas 2012 (<http://www.apav.pt>).

Antunes, M. (2003). Violência e vítimas em contexto doméstico. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Coords.), *Violência e vítimas de crimes* (vol. 1 – Adultos, pp.43-77). Coimbra: Quarteto Editora.

Baptista, M. (2013). *Representações da Violência entre Parceiros Íntimos em Estudantes Universitários de Coimbra*. (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Barilari, S.(2007). Noviazgos violentos. Recuperado a 19 de Junho de 2013 de: <http://www.sandrabarilari.blogspot.com.ar>

Barroso, Z. (2007). *Violência nas relações amorosas: uma análise sociológica dos casos detectados nos Institutos de Medicina Legal de*

Representações Sociais da Violência entre Parceiros Íntimos numa amostra de estudantes do ensino superior: o género fará a diferença?
Ana Margarida da Silva Vieira (e-mail:ana_ms_vieira@hotmail.com) 2013

Coimbra e do Porto. Lisboa: Colibri.

Barroso, Z. (2008, Junho). Violência nas relações amorosas. Comunicação apresentada no VI Congresso Português de Sociologia sobre Os mundos sociais: saberes e práticas, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Retirado em 19 de Junho de 2013 de: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/597.pdf>

Beck, J. S. (1997). *Terapia Cognitiva: Teoria e Prática*. Porto Alegre: Artmed.

Busch, A. L. & Rosenberg, M. S. (2004). Comparing women and men arrested for domestic violence: A preliminary report. *Journal of family violence*, 19 (1), 49-57. Retirado em 12, Dezembro, 2012 de: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=pbh&AN=11980155&lang=pt-br&site=ehost-live&scope=site>.

Camelo, A. (2009). *Representações sobre a violência conjugal. Estudo exploratório com uma amostra de profissionais da CPCJ*. (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Caridade, S., & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração. *Análise Psicológica*, 24 (4), 485-493. Retirado em 8, Janeiro, 2013 de: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v24n4/v24n4a04.pdf>.

Caridade, S., Machado, C., & Vaz, F. (2007). Violência no namoro: Estudo exploratório com jovens estudantes. *Psychologica*, 46, 197-214.

Carlson, B., Worden, A. (2005). Attitudes and beliefs about domestic violence: results of a public opinion survey: I. definitions of domestic violence, criminal domestic violence, and prevalence. *Journal of Interpersonal Violence*, 20, 1197-1218.

Casimiro, C. (2008). Violências na conjugalidade: a questão da simetria de género. *Análise Social*, 43 (3), 579-601. Retirado em 8, Janeiro, 2013 de: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1222271301F5hRJ2yz1Oz55WJ0.pdf>

Casique Casique, L. & Furegato, A. R. F. (2006). Violência contra mulheres: reflexões teóricas. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 14 (6), 137-144. Retirado em 8, Janeiro, 2013 de: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v14n6/pt_v14n6a18.pdf

Centers for Disease Control and Prevention. (2012). Understanding

teen dating violence, fact sheet. Acedido em 30, Janeiro, 2013 em: http://www.cdc.gov/ViolencePrevention/intimatepartnerviolence/teen_dating_violence.ht

Correia, A. T. (2008). *Crenças em torno da violência conjugal: Estudo Exploratório junto de advogados, magistrados, auditores de justiça e estudantes de direito*. (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Costa, M. E., & Duarte, C. (2000). *Violência familiar*. Porto: Ambar.

Dobash, R. P., & Dobash, R. E. (2004). Women's violence to men in intimate relationship. *British Journal Criminology*, 44, 324-349.

Duarte, A., & Lima, M., (2006). Prevalência da violência física e psicológica nas relações de namoro de jovens estudantes portugueses. *Psychologica*, 43, 105-124.

Emery, C. (2010). Examining and Extension of Johnson's Hypothesis: Is Male Perpetrated Intimate Partner Violence More Underreported than Female Violence? *Journal of Family Violence*, 25 (2), 173-181.

Espinosa, L. M. C. (2004). *Más allá del género. Nuevos enfoques de nuevas dimensiones y direcciones de la violencia en la pareja*. Universidade Autònoma de Barcelona, Barcelona.

Fernández, M. (2006). Cultural beliefs and domestic violence. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 1087, 250-260. Retirado em 9, Janeiro, 2013 de: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=emedm&AN=17189509&lang=pt-br&site=ehost-live&scope=site>.

Figueiredo, B. (2006). Versão Portuguesa das "Escala de Táticas de Conflito Revisadas": estudo de validação. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8, 14-39.

Flannery, D. J., Vazsonyi, A. T., & Waldman, I. (Eds.). (2007). *The Cambridge Handbook of Violent Behavior*. Cambridge: Cambridge University Press.

Grangeia, H., & Matos, M. (2010). Stalking: Consensos e Controvérsias. In C. Machado (Coord.), *Novos olhares sobre a vitimação criminal: teorias, impacto e intervenção* (pp.121-166). Braga: Psiquilíbrios Edições.

Galikin, A. L. (2007, Agosto). Velhas e novas violências contra a

mulher. Comunicação apresentada no 2º Congresso Internacional sobre a Mulher, Género e Relações de Trabalho, Goiânia, Goiás. Retirado em 11, Janeiro, 2013 de: http://www.prt18.mpt.gov.br/eventos/2007/mulher/anais/artigos/ana_lucia.pdf

Hernando, A. (2007). La prevencion de la violencia de genero en adolescents. Uma experiencia no ambito educativo. *Apuntes de Psicologia*, 2, 32-340.

Hotaling, G., Surgarman, D. (1986). Na analysis of risk markers in husband to wife violence: The current state of Knowledge. *Violence and Victims*, 1, 101-124.

Kaura, S.A.; Allen, C.M.(2004) Dissatisfaction with relationships power and dating violence perpetration by men and women. *Journal of Interpersonal Violence*, 19 (4), 576-588.

Kempe, C., Silverman, F., Steele, B., Droegemueller, W., & Silver, H. (1962). The battered-child syndrome. *Journal of the American Medical Association*, 181 (1), 17-24.

Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (2002). *World report on violence and health*. Geneva: WHO.

James, W., West, C., Deters, K., & Armijo, E. (2000). Youth dating violence. *Adolescence*, 35, 455-465.

Jackson, S. M. (1999). Issues in the dating violence research: A review of the literature. *Aggression and Violent Behavior*, 4, 233-247.

Lewis, S. F., Fremouw, W. (2001). Dating violence: A critical review of the literature. *Clinical Psychology Review*, 21, 105-127.

Lopes, M. L., Alves, J. L., Batista, D. F. (2012). Violência em ambientes recreativos nocturnos de jovens portugueses. Relação com consumo de álcool e drogas. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, 16, 500-507. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Brasil.

Machado, C., Matos, M., & Moreira, A. (2003). Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária. *Psychologica*, 33, 69-83.

Magdol, L., Moffitt, T. E., Caspi, A., Fagan, J., & Silva, P. A. (1997). Gender differences in partner violence in a birth cohort of 21-years-old: Bridging the gap between clinical and epidemiological approaches. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 65, 68-78.

Maroco, J. (2007). *Análise estatística com utilização do SPSS*. (3ª Ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

Matos, M. (2002). Violência conjugal. In Abrunhosa Gonçalves, R., & Machado, C. (Coords.) *Violência e vítimas de crimes (Vol. 1 – Adultos)* (pp. 81-130). Coimbra: Quarteto.

Matos, M. (2006). *Violência nas relações de intimidade: Estudo sobre a mudança psicoterapêutica na mulher*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, Minho, Portugal. Retirado em 12, Dezembro, 2012 de: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5735/1/Tese.pdf>

Matos, M., Machado, C., Caridade, S., & Silva, M. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro: Intervenção com jovens em contexto escolar. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8, 55-75.

Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. In R. Farr & Moscovici (orgs.), *Social Representations*. Cambridge: University Press.

Nascimento, F. (2009). *Namoro e Violência: um estudo sobre amor, namoro e violência entre jovens de grupos populares e camadas médias*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Pernambuco.

Neves, S. & Nogueira, C. (2004). Terapias feministas, intervenção psicológica e violências na intimidade: uma leitura feminista crítica. *Psychologica*, 36, 15-32.

Neves, S. (2008). *Amor, poder e violências na intimidade: os caminhos entrecruzados do pessoal e do político*. Coimbra: Quarteto.

Oliveira, M. S., & Sani, A. I. (2009). A intergeracionalidade da violência nas relações de namoro. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa. 162-170

Paiva, L. (2010). *Violência conjugal: representações sociais e atribuições numa amostra de Estudantes de Psicologia do Mestrado Integrado*. (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Paiva, C., & Figueiredo, B. (2004). Abuso no relacionamento íntimo: estudo de prevalência em jovens adultos portugueses. *Psychologica*, 36, 75-107.

Pérez, V., Fiol, E., Palmer, M., & Guzmán, C. (2006). Las creencias y actitudes sobre la violencia contra las mujeres en la pareja: Determinantes sociodemográficos, familiares y formativos. *Anales de psicología*, 22, 251-259.

Pérez, V., Fiol, E., Palmer, M., Espinosa, G., & Guzmán, C. (2006). La violencia contra las mujeres en la pareja: Creencias y actitudes en estudiantes universitarios/as. *Psicothema*, 18 (003), 359-366.

Perrone, R. & Nannini, M. (1997). *Violencia y abusos sexuales en la familia*. Buenos Aires: Paidós.

Pestana, M. H., & Gageiro, J. (2008). *Análise de Dados para Ciências Sociais - A Complementaridade do SPSS* (5ª ed.). Lisboa: Sílabo.

Porto, M. (2006). Crenças, valores e representações sociais da violência. *Sociologias*, 16, 250-273.

Price, E. L., Byers, E. S. (1999). The Attitudes Towards Dating Violence Scales: Development and Initial Validation. *Journal of Family Violence*, 14, 4.

Rapoza, K., & Baker, A. (2008). Attachment styles, alcohol and childhood experiences of abuse. Na analyses of physical violence in dating couples. *Violence and Victims*, 23 (1), 52-65.

Santos, S. M. (2000). *Representações sociais da violência sobre as crianças*. (Dissertação de mestrado em Psicologia Social). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Saunders, D., Lynch, A., Grayson, M., & Linz, D. (1987). The inventory of beliefs about wife beating: The construction and initial validation of a measure of beliefs and attitudes. *Violence and Victims*, 2, 39-57.

Shipway, L. (2004). *Domestic violence: A handbook for health professionals*. Londres: Routledge.

Shook, N. J., Gerrity, D. A., Jurich, J., Segrist, E. A. (2000). Courtship Violence Among College Students: A Comparison of Verbally and Physically Abusive Couples. *Journal of Family Violence*, 15, 1.

Silva, L. F. (1991). “O direito de bater na mulher” – violência interconjugal na sociedade portuguesa. *Análise Social*, 26 (2), 385-397. Retirado em 30, Janeiro, 2013 de: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223038880D5bPK3ve6Vj10EJ6.pdf>

Spink, M. (1993). O conceito da representação social na abordagem psicossocial. *Cadernos de Saúde Pública*, 9, 300-308.

Steinmetz, S. K. (1980). Women and Violence: Victims and Perpetrators. *American Journal of Psychotherapy*, 34, 334-350.

Straus, M. A. (2004). Prevalence of violence against dating partners by males and female university students worldwide. *Violence Against Women*, 10, 790-811.

Vala, J. (2002 e 2004). Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano. In Vala, J. & Monteiro, M. B. (Coords.). *Psicologia Social* (5ªed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (trabalho original publicado em 1993).

Walker, L. (1994). *Abused women and survivor therapy: A practical guide for the psychotherapist*. Washington, DC: American Psychological Association.

Worden, A., & Carlson, B. (2005). Attitudes and beliefs about domestic violence: Results of a public opinion survey: II. Beliefs about causes. *Journal of Interpersonal Violence*, 20, 1219-1243.

Vandello, J. A., Cohen, D. (2003). Male Honor and Female Fidelity: Implicit Cultural Scripts that Perpetuate Domestic Violence. *Journal of Personality and Social Psychology*, 84, (5), 997-1010.

Anexos

Anexo I: Protocolo

1. Carta de apresentação do Projecto de Investigação e Consentimento Informado

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Este estudo insere-se num projecto de investigação sobre vivências familiares em estudantes universitários de Angola, Brasil, Estados Unidos e Portugal. No essencial, envolve o preenchimento de questionários sociodemográficos e de auto-avaliação sobre três grandes assuntos: vivências no seio da família de origem, vivências em relações íntimas e atitudes em relação aos comportamentos agressivos.

Todas as dúvidas e/ou questões que possa ter em relação à sua participação neste projecto podem e devem ser colocadas directamente ao investigador que se encontra na sala consigo. A sua participação é, no entanto, absolutamente **voluntária**, podendo inclusivamente, se assim o entender, desistir a qualquer momento.

Caso concorde em participar é importante que responda de uma forma sincera e espontânea, **não deixando nenhuma questão por responder**.

Os resultados assim obtidos são estritamente **confidenciais**, sendo apenas utilizados para os fins desta investigação.

Muito obrigado pela sua colaboração

CONSENTIMENTO

Eu, _____, declaro ter sido informado da natureza e dos procedimentos da presente investigação, bem como das garantias de anonimato e confidencialidade. Assim, aceito responder ao protocolo que me foi apresentado.

Coimbra, ___ de _____ de 20__

(Assinatura)

2. Questionário de informação sócio-demográfica e dados complementares

Dados Sócio-demográficos

1. Código (iniciais do nome, exemplo João Silva: JS): _____

2. Idade: _____ anos

3. Sexo: M F

4. Nacionalidade: _____

5. Cidade de Residência: _____

6. Estabelecimento do Ensino Superior que frequenta: _____

7. Curso que frequenta: _____

8. Ano escolar que frequenta: _____

9. Língua Materna: _____

10. Raça: Caucasiana Africana Asiática Índia Outra (qual?): _____

11. Estado Civil: Solteiro Casado Divorciado Viúvo União de Facto

12. Situação laboral: Estudante Trabalhador/Estudante

13. Os seus pais estão casados ou em união de facto? Sim Não

14. Se estão divorciados/separados indique em que ano isso aconteceu: _____

15. Se o seu pai e/ou Mãe é/são viúvo(s) indique em que ano morreu(eram): _____

16. Anos de escolaridade do Pai: _____ anos

16. Profissão do Pai: _____

17. Anos de escolaridade da Mãe: _____ anos

18. Profissão da Mãe: _____

18. Qual o rendimento bruto anual aproximado da sua família (rendimento conjunto do agregado familiar): _____ (sublinhar a moeda em causa: Euros; Reais; kwanza; Metical)

19. Com quem viveu durante a infância e adolescência? _____

Nota: Se não viveu com os seus pais durante a infância e adolescência entenda, nas perguntas que se seguem, o "Pai" como o cuidador do sexo masculino e a "Mãe" como a cuidadora do sexo feminino. Se sempre viveu apenas com uma figura cuidadora, deixe em branco as perguntas que se referem à interação entre os pais/cuidadores. Se os seus pais/cuidadores se divorciaram durante a sua infância ou adolescência, baseie-se, para responder às questões colocadas a seguir, no tempo em que viveram juntos.

20. Durante a infância e adolescência alguma vez testemunhou entre os seus pais/cuidadores:

a) Abusos físicos com agressões: Sim, com grande frequência Sim, mas raramente Não

b) Violência Verbal: Sim, com grande frequência Sim, mas raramente Não

c) Recusa em pagar despesas: Sim, com grande frequência Sim, mas raramente Não

d) Agressão sexual: Sim, com grande frequência Sim, mas raramente Não

c) Maus tratos de outro tipo: Sim, com grande frequência Sim, mas raramente Não

21. O seu pai/cuidador consumia álcool?

a) Sim, com grande frequência Sim, mas raramente Não

21. O seu pai/cuidador consumia um qualquer tipo de drogas?

a) Sim, com grande frequência Sim, mas raramente Não

b) Identifique, por favor, as drogas em causa: _____

22. A sua mãe/cuidadora consumia álcool?

a) Sim, com grande frequência Sim, mas raramente Não

23. A sua mãe ou cuidadora consumia um qualquer tipo de drogas?

Sim, com grande frequência Sim, mas raramente Não

a) Identifique, por favor, as drogas em causa: _____

24. Durante a sua infância ou adolescência foi vítima de alguma das seguintes situações:

a) Castigos físicos por mau comportamento em casa:

Sim, pelo pai/cuidador Sim, pela mãe/Cuidadora Sim, por ambos Sim, por outros familiares Não

a.1) Se respondeu sim, com que frequência isto acontecia?

Com grande frequência Raramente

b) Castigos físicos por mau comportamento na escola:

Sim, com grande frequência Sim, mas raramente Não

c) Violência verbal com insultos e humilhações por parte do pai e/ou mãe ou cuidadores:

Sim, com grande frequência Sim, mas raramente Não

d) Violência verbal com insultos e humilhações por parte de professores ou outros educadores:

Sim, com grande frequência Sim, mas raramente Não

25. Durante a sua infância ou adolescência foi forçado(a) à realização de actos sexuais contra a sua vontade? Sim Não

a) Se respondeu sim, com que frequência isto acontecia? Com grande frequência Ocasionalmente

b) Se respondeu sim, por quem eram realizados estes actos? Por familiares Por educadores Por outros

26. A violência física e/ou verbal nas relações de casal, é mais compreensível se:

	Sempre	Muitas vezes	Algumas Vezes	Poucas Vezes	Nunca
a- o agressor estiver alcoolizado?					
b- o agressor estiver sob o efeito de cannabis/haxixe?					

c- o agressor estiver sob o efeito de anfetaminas?					
d- o agressor estiver sob o efeito da cocaína?					
e- o agressor estiver sob o efeito do crack?					
f- o agressor estiver sob o efeito de outra droga?					

Consumo de Drogas

No quadro seguinte assinale com um X na coluna "consumo" se já consumiu ou consome as substâncias identificadas na primeira coluna (substâncias). Na terceira coluna assinale a frequência actual desse consumo considerando o número de vezes (aproximado) que o faz por mês. Na quarta coluna assinale quando é que começou a consumir a referida droga. **Na quinta coluna quando terminou esse consumo (se o mantém esse consumo deve deixar a respectiva coluna em branco).**

Nota: Comprimidos não contam como drogas se tiverem sido prescritos pelo médico e forem tomados na dosagem prescrita.

Substâncias	Já consumiu ou consome (assinale com um X)	Número de vezes que consome por mês (em média)	Data do Primeiro consumo	Data do último consumo (apenas se parou de consumir)
Álcool				
Haxixe				
Maconha/Marijuana				
Ácidos (LCD e outros)				
Heroína				
Cocaína				
Crack				
Metadona				
Anfetaminas				
Sedativos				
Tranquilizantes				
Analgésicos				
Cogumelos Alucinogénios				
Inalantes sintéticos (colas)				
Ecstasy				
Tabaco				
Outras:				

Já realizou algum tratamento (incluindo desintoxicações médicas) em relação a problemas relacionados com o abuso de álcool e/ou drogas?

Sim Não

Se respondeu sim, indique quantos tratamentos realizou e a quê, quando o(os) realizou e se após o(os) tratamentos continuou a consumir

álcool/Drogas: _____

3. Escala de Violência nas Relações Íntimas (*The Revised Conflict Tactic Scales – CTS-2*)

CTS-2
The Revised Conflict Tactic Scales
MURRAY A. STRAUS

Independentemente de duas pessoas se darem bem, há alturas em que discutem, ficam aborrecidas uma com a outra, pretendem coisas diferentes uma da outra, ou têm brigas apenas porque estão de mau humor, cansadas ou por qualquer outra razão. As pessoas tentam, também, resolver de formas diversas as suas diferenças.

A seguir, encontrará uma lista de situações que podem acontecer quando duas pessoas discordam de qualquer coisa. Considere o seguinte:

- Assinale quantas vezes aconteceu, de há um ano para cá, na sua **relação atual**, cada uma das situações identificadas (na escala de **1 a 6**);

- Se além de ter vivido as referidas situações na sua relação atual, também as viveu noutra relação (ou noutras relações) **deve assinalar um valor de 1 a 6** para classificar a quantidade de vezes que isso aconteceu na sua relação atual, **e deve assinalar a letra A** para classificar essas vivências na(s) relação(ões) passada(s);

- Se só viveu essas situações noutra relação (ou noutras relações) deve assinalar **apenas a letra A**;

- Se as situações identificadas nos itens **nunca aconteceram**, ou **nunca teve uma relação** a que se possa reportar, deve assinalar o **valor "0"**.

Indique relativamente à sua relação atual, a sua data de início: _____

Quantas vezes isto aconteceu?

1 = Uma vez, de há um ano para cá

2 = 2 vezes, de há um ano para cá

3 = 3-5 vezes, de há um ano para cá

4 = 6-10 vezes, de há um ano para cá

5 = 11-20 vezes, de há um ano para cá

6 = Mais de 20 vezes, de há um ano para cá

A = Isso aconteceu-me noutra(s) relação(ões)

0 = Isso nunca aconteceu

1. Mostrei ao meu companheiro(a) que me preocupava com ele, mesmo que discordássemos.									
2. O meu companheiro(a) mostrou que se preocupava comigo, mesmo que discordássemos									
3. Numa discussão, expliquei ao meu companheiro(a) o meu ponto de vista									
4. O meu companheiro(a) explicou-me o seu ponto de vista numa discussão									
5. Insultei ou disse palavrões ao meu companheiro(a)									

6. O meu companheiro(a) fez isso comigo									
7. Atirei ao meu companheiro(a) alguma coisa que o poderia magoar									
8. O meu companheiro(a) fez isso comigo									
9. Torci o braço ou puxei o cabelo ao meu companheiro(a)									
10. O meu companheiro(a) fez isso comigo									
11. Tive um entorse, pisadura, ferida ou um pequeno corte por causa de uma luta com o meu companheiro(a)									
12. O meu companheiro(a) teve um entorse, pisadura, ferida ou pequeno corte por causa de uma luta comigo									
13. Mostrei respeito pelos sentimentos do meu companheiro(a) acerca de um assunto									
14. O meu companheiro(a) mostrou respeito pelos meus sentimentos acerca de um assunto									
15. Fiz o meu companheiro(a) ter relações sexuais sem preservativo									
16. O meu companheiro(a) fez isso comigo									
17. Empurrei ou apertei o meu companheiro(a)									
18. O meu companheiro(a) fez isso comigo									
19. Usei a força (e.g., batendo, detendo, ou usando uma arma) para fazer com que o meu companheiro(a) tivesse sexo oral ou anal comigo									
20. O meu companheiro(a) fez isso comigo									
21. Usei uma faca ou uma arma contra o meu companheiro(a)									
22. O meu companheiro(a) fez isso comigo									
23. Desmaiei porque o meu companheiro(a) me atingiu na cabeça durante uma luta									
24. O meu companheiro(a) desmaiou porque eu o atingi na cabeça durante uma luta									
25. Chamei de gordo ou feio ao meu companheiro(a)									

26. O meu companheiro(a) chamou-me de gorda ou feia									
27. Esmurrei ou bati no meu companheiro(a) com algo que o poderia magoar									
28. O meu companheiro(a) fez isso comigo									
29. Destruí algo que pertencia ao meu companheiro(a)									
30. O meu companheiro(a) fez isso comigo									
31. Fui ao médico por causa de uma luta com o meu companheiro(a)									
32. O meu companheiro(a) foi ao médico por causa de uma luta comigo									
33. Tentei sufocar o meu companheiro(a)									
34. O meu companheiro(a) fez isso comigo									
35. Gritei ou berrei ao meu companheiro(a)									
36. O meu companheiro(a) fez isso comigo									
37. Atirei o meu companheiro(a) contra a parede									
38. O meu companheiro(a) fez isso comigo									
39. Disse que tinha a certeza que poderíamos resolver um problema									
40. O meu companheiro(a) disse-me que tinha a certeza que poderíamos resolver um problema									
41. Precisava de ter ido ao médico, por causa de uma luta com o meu companheiro(a), mas não o fiz									
42. O meu companheiro(a) precisava de ter ido ao médico, por causa de uma luta comigo, mas não o fez									
43. Dei uma tarefa no meu companheiro(a)									
44. O meu companheiro(a) fez isso comigo									
45. Agarrei à força o meu companheiro(a)									
46. O meu companheiro(a) fez isso comigo									
47. Usei a força (e.g. ferindo, detendo, ou usando uma arma) para fazer com que o									

meu companheiro(a) tivesse relações sexuais comigo									
48. O meu companheiro(a) fez isso comigo									
49. Saí abruptamente da sala, da casa ou de qualquer outro local durante um desentendimento									
50. O meu companheiro(a) fez isso comigo									
51. Insisti em ter relações sexuais quando o meu companheiro(a) não queria (mas não usei força física)									
52. O meu companheiro(a) fez isso comigo									
53. Dei uma bofetada ao meu companheiro(a)									
54. O meu companheiro(a) fez isso comigo									
55. Tive uma fractura devido a uma luta com o meu companheiro(a)									
56. O meu companheiro(a) teve uma fractura devido a uma luta comigo									
57. Recorri a ameaças para fazer com que o meu companheiro(a) tivesse sexo oral ou anal comigo									
58. O meu companheiro(a) fez isso comigo									
59. Sugeri um acordo para resolver um desentendimento									
60. O meu companheiro(a) sugeriu um acordo para resolver um desentendimento									
61. Queimei ou escalei o meu companheiro(a) de propósito									
62. O meu companheiro(a) fez isso comigo									
63. Insisti com o meu companheiro(a) para que tivéssemos sexo oral ou anal (mas não usei força física)									
64. O meu companheiro(a) fez isso comigo									
65. Acusei o meu companheiro(a) de ser um amante nojento									
66. O meu companheiro(a) acusou-me disso									
67. Fiz algo para irritar o meu companheiro(a)									

68. O meu companheiro(a) fez isso comigo									
69. Ameacei ferir ou atirar alguma coisa ao meu companheiro(a)									
70. O meu companheiro(a) fez isso comigo									
71. Senti uma dor física, que se manteve no dia seguinte, por causa de uma luta com o meu companheiro(a)									
72. O meu companheiro(a) sentiu dor física, que se manteve no dia seguinte, por causa de uma luta que tivemos									
73. Dei pontapés no meu companheiro(a)									
74. O meu companheiro(a) deu-me pontapés									
75. Recorri a ameaças para fazer com que o meu companheiro(a) tivesse relações sexuais comigo									
76. O meu companheiro(a) fez isso comigo									
77. Concordei em tentar uma solução sugerida pelo meu companheiro(a) para um desentendimento									
78. O meu companheiro(a) concordou em tentar uma solução que eu sugeri									

4. Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS)

Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS)

(Alarcão, M & Alberto, I., Correia, A., Camelo, A., 2007)

Este questionário integra três histórias de três casais diferentes. Em cada uma dessas histórias vai encontrar dez afirmações; pedimos-lhe que, para cada uma delas, nos indique o seu grau de concordância, usando a seguinte escala: 1 “discordo completamente”, 2 “discordo”, 3 “concordo”, 4 “concordo completamente”. Este é um questionário de opinião, em que as suas respostas serão tratadas de forma anónima e confidencial.

Item de Exemplo:

a) No Verão a grande maioria das famílias portuguesas vai de férias para o Algarve

Discordo Completamente 1	Discordo 2	Concordo 3	Concordo Completamente 4
--------------------------------	---------------	---------------	--------------------------------

História 1

Arménio é um engenheiro chefe de 40 anos, casado com Manuela, enfermeira de 38 anos; tem dois filhos, o Marcos, com 15 anos, e a Sara, que tem 13 anos. A Manuela confidenciou a uma colega de trabalho que as coisas não andam bem na sua vida de casada. O Arménio é uma pessoa completamente diferente dentro e fora de casa. No trabalho, com os amigos e vizinhos, é muito simpático, sempre disponível; mas com ela é bastante rude: chama-lhe “ignorante” (achando que tudo o que ela diz está errado e que “dela só sai asneira”) ou deixa-a a falar sozinha e vai-se embora, dizendo-lhe que tem vergonha dela porque nem gosto tem para se vestir. Por vezes, quando a Manuela se atrasa no serviço, o Arménio chega a dar-

lhe umas bofetadas porque o jantar não está feito a horas e ele, assim, não consegue chegar pontualmente às reuniões de trabalho.

A Manuela diz que os filhos não se apercebem de nada porque estes desentendimentos nunca acontecem à frente deles e ela faz por se mostrar alegre quando eles estão por perto.

Discordo Completamente 1	Discordo 2	Concordo 3	Concordo Completamente 4
--------------------------------	---------------	---------------	--------------------------------

	1	2	3	4
1. Com os estudos que tem, o Arménio é incapaz de maltratar realmente a sua mulher				
2. A Manuela queixa-se que o marido a chama de ignorante e goza com a forma como se veste mas ele só pretende que ela se comporte como boa esposa e mãe de família				
3. Se o Arménio trata mal a Manuela, é porque ela lhe dá razões para que isso aconteça				
4. Se o Arménio é uma pessoa simpática e disponível para com os outros fora de casa, será incapaz de ser violento na sua própria casa				
5. A Manuela deve guardar para si as dificuldades que tem com o marido para bem da família e, particularmente, dos filhos				
6. Se o Arménio anda mais nervoso por causa do trabalho, é provável que descarregue a sua tensão sobre a Manuela				
7. O Arménio tem alguma razão em ficar zangado e em agredir a Manuela porque ela o impede de chegar a horas às reuniões				
8. A Manuela e o Arménio são adultos responsáveis e devem resolver os problemas da violência “entre portas”, sem trazer a público estas questões privadas				
9. Uma bofetada dada num momento de zanga/tensão, não é propriamente violência conjugal				
10. É compreensível que o Arménio se passe, porque gerir o trabalho, os filhos e uma mulher que se atrasa é difícil				

História 2

A Luísa é uma mulher de 60 anos mas ainda tem muitos afazeres: trabalha na agricultura, faz umas horas por semana na limpeza de casas e, à noite, ainda tem uns trabalhos de costura. Tudo

Representações Sociais da Violência entre Parceiros Íntimos numa amostra de estudantes do ensino superior: o género fará a diferença?

Ana Margarida da Silva Vieira (e-mail: ana_ms_vieira@hotmail.com) 2013

isto a cansa muito e a torna muito irritável. O António tem a mesma idade e é carpinteiro: quando chega a casa o que mais quer é poder descansar de um trabalho de que gosta mas que já começa a ser pesado. Ele já conhece a mulher que tem e tenta passar despercebido; senão “sobra” para ele. A Luísa, quando fala para ele é sempre a ralhar, dizendo que “quem usa calças lá em casa é ela”, que ele “é um inútil”, e, por vezes, o António tem de se baixar para não “apanhar com objectos voadores” que a mulher atira quando está mais exasperada. O António diz isto a sorrir, como que a desvalorizar a situação, mas sempre vai adiantando que, por vezes, não é rápido que chegue pelo já teve de ir receber tratamento médico. Desculpa a mulher, dizendo que a vida dela nunca foi fácil pois desde pequena foi sempre uma sacrificada. Acha que, apesar de tudo, ela é uma boa mulher, pois é trabalhadora e a casa está “sempre um brinco”. Claro que gostaria de ter mimo em vez de “ralhetes e pancadaria”, mas conclui “que não se pode ter tudo” e “nesta idade, já não há que esperar muito da vida”. Por outro lado, o António refere que a Luísa só se torna “uma fera” quando está cansada com tanto trabalho: a “culpa é deste trabalho todo que é preciso fazer para se ter alguma coisita”.

Discordo Completamente 1	Discordo 2	Concordo 3	Concordo Completamente 4
--------------------------------	---------------	---------------	--------------------------------

	1	2	3	4
1. É um exagero considerar estas pequenas “batalhas” entre a Luísa e o António como um problema de violência conjugal				
2. O António faz bem em desvalorizar a violência da Luísa para não perturbar a paz familiar				
3. É pouco provável que a Luísa, idosa e cansada, consiga maltratar realmente o António. São rabugices próprias da idade				
4. O comportamento da Luísa é compreensível pois, como diz o próprio marido, ela teve sempre uma vida muito difícil				

5. Como pessoa do campo e com pouca escolaridade, é bem provável que a Luísa resolva as coisas pela força e não pela conversa				
6. A Luísa tem razão em zangar-se com o marido, pois trabalha bastante e ele não a ajuda nada; antes pelo contrário, dá-lhe mais trabalho				
7. O António faz bem em aguentar esta situação e em desculpar a mulher pois nesta idade é melhor fazer tudo para se manterem juntos, como casal				
8. Provavelmente a Luísa é mais agressiva com o António por causa de estar tão cansada com todo o trabalho que tem				
9. Estas zangas da Luísa com o António são usuais nesta idade; até podem provocar alguns acidentes, mas não pode dizer-se que seja uma violência séria				
10. O António é capaz de merecer alguns ralhos da mulher porque parece levar uma vida descansadinha e despreocupada				

História 3

A Deolinda tem 30 anos, é doméstica e está casada há apenas 3 anos, com o Esteves, mas não tem sido fácil manter este casamento. O Esteves tem sensivelmente a mesma idade, trabalha na construção civil e gosta de beber uns copos com os amigos, depois do trabalho, e quando chega a casa, com um bocadinho a mais de vinho, fica difícil para a Deolinda. Começa por implicar com o jantar: “se é peixe, apetecia-lhe carne, se é carne, queria peixe”! Culpa a Deolinda de fazer de propósito para o irritar, fazendo sempre o contrário do que ele pede. Quando fica mesmo descontrolado chega a bater na mulher, que se encontra grávida de 4 meses. Ela tem umas nódoas negras, “mas nunca foi preciso ir ao médico por causa das agressões”. A Deolinda continua a achar que o Esteves é uma boa pessoa, preocupado com ela e o outro filho (que tem 2 anos). É o vinho que o torna violento; “quando lhe passa a bebedeira, vem pedir desculpa, a chorar, e eu sei que é do fundo do coração”

Discordo Completamente 1	Discordo 2	Concordo 3	Concordo Completamente 4
-----------------------------	---------------	---------------	-----------------------------

	1	2	3	4
1. A Deolinda deve tentar manter este casamento, até porque tem um filho pequeno e vai ter outro, que precisam do pai				
2. O problema é a bebida; o Esteves só se torna agressivo por causa do vinho				
3. A Deolinda devia esforçar-se por saber o que o Esteves quer para o jantar, para evitar que o marido se chateie				
4. Se a Deolinda nunca precisou de receber cuidados médicos, é porque o marido não é assim tão violento como ela diz				
5. Não admira que o Esteves bata na mulher porque é um operário com pouca instrução e sensibilidade para a questão da violência				
6. O Esteves anda muito preocupado, agora que vem aí outro filho, e isso faz com que fique mais irritado e se descontrole de vez em quando				
7. É pouco provável que o Esteves bata na Deolinda enquanto ela está grávida do seu próprio filho				
8. A Deolinda não devia andar a “publicitar” estas discussões que tem com o marido pois isso só diz respeito ao casal				
9. Se a Deolinda faz sempre o contrário do que o Esteves pede, é porque gosta de o provocar e de se sujeitar a ser agredida				
10. A Deolinda deve estar a exagerar um bocadinho nas suas histórias sobre as desavenças que tem com o Esteves e a fazer-se de vítima				

5. Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR)

QVC – CMR

(Alarcão, M., Alberto, I., Camelo, A., Correia, A., 2007)

A violência conjugal é um problema social sobre o qual cada um de nós, enquanto membros de uma comunidade, vai reflectindo e formulando algumas opiniões. Vai encontrar, seguidamente, um conjunto de afirmações relativas aos fatores que podem explicar o aparecimento da violência e a sua manutenção, bem como de fatores que podem contribuir para o seu desaparecimento. Pedimos-lhe que, para cada uma delas, nos indique o seu grau de concordância, usando a seguinte escala: 1 “discordo totalmente”, 2 “discordo”, 3 “concordo”, 4 “concordo totalmente”.

Discordo totalmente 1	Discordo 2	Concordo 3	Concordo totalmente 4
--------------------------	---------------	---------------	--------------------------

1. A violência conjugal é devida a:

	1	2	3	4
1. Consumos de álcool ou drogas por parte do agressor				
2. Doença mental do agressor				
3. Baixo grau de instrução do agressor				
4. Baixa auto-estima do agressor				
5. Doença mental da vítima				
6. Comportamento provocador da vítima				
7. Fragilidade emocional da vítima				
8. Interferência de outros familiares				
9. Problemas/dificuldades criadas pelos filhos				
10. Relações extra-conjugais do agressor/da vítima				
11. Antecedentes de violência na família de origem do agressor e/ou da vítima				
12. Aceitação social da violência				
13. Isolamento social do casal/família				
14. Dificuldades económicas do casal/família				

Discordo totalmente 1	Discordo 2	Concordo 3	Concordo totalmente 4
--------------------------	---------------	---------------	--------------------------

2. O que mais contribui para a manutenção da violência conjugal é:

1. Ausência de denúncia por parte da vítima ou de terceiros	1	2	3	4
2. Falta de confiança na eficácia da justiça				
3. Valorização da união familiar				
4. Existência de filhos				
5. Isolamento social da vítima e/ou da família				
6. Falta de conhecimentos da vítima sobre como pedir ajuda				
7. Ambivalência da vítima face ao agressor				
8. Medo de retaliações por parte da vítima				
9. Desconhecimento da vítima relativamente aos seus direitos				
10. Ameaça de suicídio por parte do agressor				
11. Promessas de mudança por parte do agressor				
12. Ternura do agressor fora dos momentos de violência				
13. Aceitação social da violência				
14. Interferência de outros familiares				

3. O mais importante para pôr fim à violência é:

1. Afastar o agressor	1	2	3	4
2. Condenar mais agressores				
3. Estimular a denúncia das situações de violência				
4. Estimular a separação/ divórcio do casal				
5. Proteger a vítima e os filhos, se os houver				
6. Mudar o comportamento da vítima				
7. Tratar o agressor				
8. Tratar o casal				
9. Informar mais a população geral sobre as consequências da violência conjugal				
10. Melhorar as condições socio-económicas das famílias				
11. Aumentar os direitos da mulher				
12. Aumentar os tempos de lazer das famílias				
13. Intervenção de outros familiares, amigos, vizinhos				
14. Educação para a prevenção da violência logo na escolaridade obrigatória				

Anexo II: Resultados

1. Influência do Sexo nas Crenças em torno da Violência Conjugal (QRVC-HIS)

Teste *t-Student* (Variável Independente: Sexo)

t-test for Equality of Means							
	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
						Lower	Upper
HIS 1	-5,850	301	,000	-2,772	,474	-3,704	-1,840
HIS 2	-3,692	306	,000	-2,307	,625	-3,537	-1,078
HIS 3	-4,884	306	,000	-2,584	,529	-3,625	-1,543
HIS total	-5,378	309	,000	-8,177	1,520	-11,169	-5,186

Group Statistics					
	Sexo	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
HIS 1	F	232	12,71	3,041	,200
	M	71	15,48	4,687	,556
HIS 2	F	236	14,97	4,574	,298
	M	72	17,28	4,859	,573
HIS 3	F	236	13,46	3,681	,240
	M	72	16,04	4,659	,549
HIS total	F	239	40,41	10,940	,708
	M	72	48,58	12,471	1,470

2. Influência do Sexo nas Crenças em torno da Violência Conjugal (QVC-CMR)

Teste *t-Student* (Variável Independente: Sexo)

t-test for Equality of Means							
	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
						Lower	Upper
Causas	,013	272	,990	,012	,960	-1,878	1,903
Manutenção	2,436	280	,051	2,140	,879	,411	3,870
Resolução	1,682	282	,094	1,404	,835	-,240	3,048

Group Statistics

	Sexo	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
Causas	F	211	33,39	6,663	,459
	M	63	33,38	6,781	,854
Manutenção	F	217	39,76	6,345	,431
	M	65	37,62	5,755	,714
Resolução	F	222	43,05	5,647	,379
	M	62	41,65	6,382	,810

3. Influência do Sexo na Resolução de Conflitos por parceiros íntimos (Perpetração - CTS-2)

Teste *t-Student* (Variável Independente: Sexo)

t-test for Equality of Means							
	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
						Lower	Upper
Neg. Emocional_P	,301	309	,764	1,083	3,599	-5,998	8,165
Neg. Cognitiva_P	,512	309	,609	1,592	3,108	-4,523	7,706
Ag. Psi. Ligeira_P	-,437	309	,662	-,825	1,887	-4,539	2,888
Ag. Psi. Severa_P	-1,771	309	,077	-1,196	,675	-2,525	,133
Ab. Físico Ligeiro_P	-,483	309	,629	-,366	,757	-1,856	1,124
Ab. Físico Severo_P	1,164	309	,245	,247	,212	-,170	,664
Coer. Sex. Ligeira_P	-1,389	309	,166	-1,314	,946	-3,176	,547
Coer. Sex. Severa_P	,777	309	,438	,033	,043	-,051	,118
Ab. Fís. Seq. Ligeiro_P	-1,159	309	,247	-,238	,206	-,643	,166
Ab. Fís. Seq. Severo_P	,707	309	,480	,138	,195	-,246	,522

Group Statistics

	Sexo	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
Neg. Emocional_P	F	239	43,35	27,352	1,769
	M	72	42,26	24,722	2,913
Neg. Cognitiva_P	F	239	29,31	23,463	1,518
	M	72	27,72	21,910	2,582
Ag. Psi. Ligeira_P	F	239	8,23	14,025	,907
	M	72	9,06	14,079	1,659
Ag. Psi. Severa_P	F	239	1,28	4,330	,280
	M	72	2,47	6,853	,808
Ab. Físico Ligeiro_P	F	239	1,52	4,483	,290
	M	72	1,89	8,410	,991
Ab. Físico Severo_P	F	239	,25	1,797	,116
	M	72	,00	,000	,000
Coer. Sex. Ligeira_P	F	239	1,87	6,602	,427
	M	72	3,18	8,330	,982
Coer. Sex. Severa_P	F	239	,03	,365	,024
	M	72	,00	,000	,000
Ab. Fís. Seq. Lig._P	F	239	,11	,671	,043
	M	72	,35	2,946	,347
Ab. Fís. Seq. Sev._P	F	239	,14	1,656	,107
	M	72	,00	,000	,000

4. Influência do Sexo na Resolução de Conflitos por parceiros íntimos (Vitimização - CTS-2)

Teste t-Student (Variável Independente: Sexo)

	t-test for Equality of Means						
	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
						Lower	Upper
Neg. Emocional_V	,621	309	,535	2,211	3,558	-4,790	9,212
Neg. Cognitiva_V	,199	309	,843	,620	3,121	-5,521	6,761
Ag. Psi. Ligeira_V	-,691	309	,490	-1,123	1,625	-4,322	2,075
Ag. Psi. Severa_V	-2,014	309	,045	-1,381	,685	-2,729	-,032
Ab. Físico Ligeiro_V	-,840	309	,401	-,582	,692	-1,944	,781
Ab. Físico Severo_V	,971	309	,332	,275	,283	-,282	,832
Coer. Sex. Ligeira_V	-,226	309	,821	-,231	1,024	-2,245	1,783
Coer. Sex. Severa_V	,996	309	,320	,046	,046	-,045	,137
Ab. Fís. Seq. Ligeiro_V	1,154	309	,249	,088	,076	-,062	,238
Ab. Fís Seq. Severo_V	,777	309	,438	,033	,043	-,051	,118

Group Statistics

	Sexo	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
Neg. Emocional_V	F	239	43,35	27,352	1,769
	M	72	42,26	24,722	2,913
Neg. Cognitiva_V	F	239	29,31	23,463	1,518
	M	72	27,72	21,910	2,582
Ag. Psi. Ligeira_V	F	239	8,23	14,025	,907
	M	72	9,06	14,079	1,659
Ag. Psi. Severa_V	F	239	1,28	4,330	,280
	M	72	2,47	6,853	,808
Ab. Físico Ligeiro_V	F	239	1,52	4,483	,290
	M	72	1,89	8,410	,991
Ab. Físico Severo_V	F	239	,25	1,797	,116
	M	72	,00	,000	,000
Coer. Sex. Ligeira_V	F	239	1,87	6,602	,427
	M	72	3,18	8,330	,982
Coer. Sex. Severa_V	F	239	,03	,365	,024
	M	72	,00	,000	,000
Ab. Fís. Seq. Lig._V	F	239	,11	,671	,043
	M	72	,35	2,946	,347
Ab. Fís. Seq. Sev._V	F	239	,14	1,656	,107
	M	72	,00	,000	,000

5. Relação entre agressão (CTS-2) e aceitabilidade da agressão (QRVC-HIS) – Perpetradores/Não perpetradores

Teste t-Student (Variável Independente: Perpetração)

	t-test for Equality of Means						
	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
						Lower	Upper
QRVC HIS 1	1,072	301	,285	,498	,464	-,416	1,411
QRVC HIS 2	-,142	306	,887	-,085	,596	-1,258	1,089
QRVC HIS 3	,167	306	,867	,086	,511	-,920	1,091
QRVC HIS total	,177	309	,860	,261	1,474	-2,640	3,161
QVC Causas	-2,089	272	,038	-1,816	,870	-3,528	-,104
QVC Manutenção	-1,290	280	,198	-1,052	,815	-2,657	,553
QVC Resolução	-,171	282	,864	-,130	,762	-1,631	1,370

Group Statistics

	Já perpetrou algum acto de violência	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
QRVC HIS 1	Não	89	13,71	3,912	,415
	Sim	214	13,21	3,580	,245
QRVC HIS 2	Não	89	15,45	4,938	,523
	Sim	219	15,53	4,663	,315
QRVC HIS 3	Não	90	14,12	4,419	,466
	Sim	218	14,04	3,932	,266
QRVC HIS total	Não	91	42,48	12,978	1,360
	Sim	220	42,22	11,320	,763
QVC Causas	Não	84	32,13	6,370	,695
	Sim	190	33,95	6,751	,490
QVC Manutenção	Não	84	38,52	7,333	,800
	Sim	198	39,58	5,751	,409
QVC Resolução	Não	83	42,65	5,042	,553
	Sim	201	42,78	6,141	,433

6. Relação entre agressão (CTS-2) e aceitabilidade da agressão (QRVC-HIS) – Vítimas/Não vítimas

Teste t-Student (Variável Independente: Vitimização)

	t-test for Equality of Means						
	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
						Lower	Upper
QRVC HIS 1	-,121	301	,904	-,054	,450	-,941	,832
QRVC HIS 2	-,590	306	,556	-,340	,577	-1,476	,795
QRVC HIS 3	-,841	306	,401	-,417	,496	-1,393	,559
QRVC HIS total	-,782	309	,435	-1,116	1,427	-3,924	1,692
QVC Causas	-2,971	272	,003	-2,496	,840	-4,149	-,842
QVC Manutenção	-1,732	280	,084	-1,367	,789	-2,920	,186
QVC Resolução	-,717	282	,474	-,529	,738	-1,982	,924

Group Statistics

	Já foi vítima de algum acto de violência?	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
QRVC HIS 1	Não	100	13,32	3,695	,370
	Sim	203	13,37	3,683	,258
QRVC HIS 2	Não	100	15,28	4,862	,486
	Sim	208	15,62	4,683	,325
QRVC HIS 3	Não	100	13,78	4,187	,419
	Sim	208	14,20	4,021	,279
QRVC HIS total	Não	102	41,55	12,393	1,227
	Sim	209	42,67	11,525	,797
QVC Causas	Não	93	31,74	6,763	,701
	Sim	181	34,24	6,490	,482
QVC Manutenção	Não	94	38,35	7,173	,740
	Sim	188	39,72	5,731	,418
QVC Resolução	Não	93	42,39	5,365	,556
	Sim	191	42,92	6,054	,438

7. Influência Sexo/Variáveis Moderadoras nas Representações Socias da VPI (QRVC-HIS e QVC-CMR)

Sexo/Variáveis Moderadoras – Anova a dois fatores (Two-way)

	Anova Two-way		Sexo-Idade	Sexo-Área de estudos	Sexo-Ano escolar	Sexo-Zona de Residência
Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS)	HIS 1	F	0.719	0.393	1.413	3.829
		GL	2	3	4	2
		<i>p</i>	0.488	0.758	0.229	0.023
	HIS 2	F	0.696	0.530	1.228	0.296
		GL	2	3	4	2
		<i>p</i>	0.499	0.662	0.299	0.744
	HIS 3	F	1.674	2.198	0.602	2.330
		GL	2	3	4	2
		<i>p</i>	0.189	0.088	0.661	0.099
	HIS total	F	1.297	0.960	1.068	1.749
		GL	2	3	4	2
		<i>p</i>	0.275	0.412	0.373	0.176
Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR)	Causas	F	0.382	1.555	1.144	0.056
		GL	2	3	4	2
		<i>p</i>	0.683	0.201	0.336	0.945
	Manutenção	F	0.283	0.583	1.015	1.547
		GL	2	3	4	2
		<i>p</i>	0.754	0.626	0.400	0.215
	Resolução	F	1.597	1.333	0.380	1.032
		GL	2	3	4	2
		<i>p</i>	0.204	0.264	0.823	0.358

8. Influência Sexo/Variáveis Moderadoras nas Representações Socias da VPI (CTS-2)

Sexo/Variáveis Moderadoras – Anova a dois fatores (Two-way)

		Anova Two-way		Sexo-Idade	Sexo-Área de estudos	Sexo-Ano escolar	Sexo-Zona de Residência
Escala de Violência nas Relações Íntimas (CTS-2)	Negociação Total	Vitimização	F	0.233	0.884	0.976	0.264
			GL	2	3	4	2
			<i>p</i>	0.792	0.450	0.421	0.768
		Perpetração	F	0.034	0.603	0.951	0.634
			GL	2	3	4	2
			<i>p</i>	0.967	0.614	0.435	0.531
	Agressão Psicológica Total	Vitimização	F	0.315	0.456	0.050	0.428
			GL	2	3	4	2
			<i>p</i>	0.730	0.713	0.995	0.652
		Perpetração	F	0.413	0.069	0.254	0.538
			GL	2	3	4	2
			<i>p</i>	0.662	0.976	0.907	0.584
	Abuso Físico Total	Vitimização	F	0.421	0.929	1.184	0.263
			GL	2	3	4	2
			<i>p</i>	0.657	0.427	0.318	0.769
		Perpetração	F	0.515	0.580	0.722	0.821
			GL	2	3	4	2
			<i>p</i>	0.598	0.628	0.577	0.441
	Coersão Sexual Total	Vitimização	F	0.442	0.595	2.346	0.578
			GL	2	3	4	2
			<i>p</i>	0.643	0.619	0.055	0.562
		Perpetração	F	1.520	1.448	2.167	0.920
			GL	2	3	4	2
			<i>p</i>	0.220	0.229	0.073	0.400
Abuso Físico com Sequelas Total	Vitimização	F	0.105	0.105	1.486	0.324	
		GL	2	3	4	2	
		<i>p</i>	0.900	0.957	0.207	0.724	
	Perpetração	F	0.131	0.176	1.278	0.262	
		GL	2	3	4	2	
		<i>p</i>	0.877	0.913	0.279	0.770	

9. Influência Sexo/Zona de Residência nas Representações Sociais da VPI

Post Hoc Test – Zona de Residência/QRVC HIS 1

Multiple Comparisons - Tukey

Dependent Variable: QRVC HIS 1

Tukey HSD

(I) Zona de Residência	(J) Zona de Residência	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
					Lower Bound	Upper Bound
Norte	Centro	,64	,524	,445	-,60	1,87
	Sul e Ilhas	-1,70	,981	,194	-4,01	,61
Centro	Norte	-,64	,524	,445	-1,87	,60
	Sul e Ilhas	-2,34*	,889	,024	-4,43	-,24
Sul e Ilhas	Norte	1,70	,981	,194	-,61	4,01
	Centro	2,34*	,889	,024	,24	4,43

Based on observed means.

The error term is Mean Square(Error) = 11,832.

*. The mean difference is significant at the ,05 level.